

## Trabalho em todas as frentes



**Numerosas iniciativas  
assinalam  
um pouco por todo o País  
o 63.º aniversário  
do Partido**



**O papel do sector público  
no abastecimento  
de produtos alimentares  
essenciais**

- Seminário no sábado, em Lisboa, promovido pela DORL



**Novo Centro de Trabalho  
em Castelo Branco  
é inaugurado no sábado**



**Assembleias  
das Organizações:  
realizada a de Almeirim,  
preparam-se as de Beja  
(distrital), Vila Franca  
de Xira (concelhia),  
Sector Público da ORL,  
Vouzela (concelhia),  
Comité Local de Lisboa  
e a de Ílhavo (concelhia)**



Uma imagem do comício na Praça do Giraldo, em Évora, uma das numerosas manifestações que na passada sexta-feira assinalaram a Jornada de Luta e esclarecimento em defesa da Reforma Agrária

## CRESCCE O PROTESTO DE MASSAS CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO

Págs. 4/7



Sob o lema «defender o Sector Público, continuar Abril», a Jornada de Luta em defesa das empresas nacionalizadas convocada pela CGTP/IN registou adesões superiores a 90% e constituiu importante afirmação da disposição dos trabalhadores de se oporem à política do Governo Soares/Mota Pinto

# SEMANA

## 29 Quarta-feira



Mais de um milhar de pessoas acompanharam o funeral de Rafael Martins, o trabalhador bancário e sindicalista assassinado após o assalto à agência do Banco Português do Atlântico em Vila Moura. O funeral decorre em Faro com a presença de uma delegação da CGTP e de muitos dirigentes sindicais, para além de uma representação da DORAL do PCP. O Conselho Superior de Defesa Nacional ratifica as nomeações de generais para os comandos das Regiões Militares Norte, Sul e Madeira. Os presidentes da Síria e do Líbano, respectivamente Hafez Assad e Amin Gemayel, discutem a situação libanesa em encontro efectuado em Damasco. A maioria PS/PSD rejeita, na Assembleia da República, o recurso do PCP da decisão do Presidente da AR que não admitira o projecto comunista sobre salários em atraso. O dirigente salvadorenho Ruben Zamora afirma na rádio da guerrilha que o objectivo americano é evitar a queda do governo de El Salvador até às eleições presidenciais nos EUA.

## 1 Quinta-feira

Uma grande jornada de luta a nível nacional, na qual participam milhares de trabalhadores de todo o País ligados ao sector público, regista uma adesão superior a 90 por cento. Gerente financeiro da Sociedade Reparadora de Navios, membro do Partido Socialista, critica em carta aberta ao Primeiro-Ministro, a política do Governo e o desmantelamento do sector empresarial do Estado. A Assembleia Municipal de Lisboa inaugura as suas novas instalações em sessão agitada, tendo os representantes do PS, do PSD e do CDS abandonado a sala quando da intervenção do eleito da APU, Alvaro Rana. Aviação e marinha iraquianas interveem contra navios que se dirigem ao porto iraniano de Bandar Khomeini. O bispo de Coimbra divulga nota pastoral afirmando que «a Igreja não pode ficar indiferente à situação que se vive no mundo laboral». Governo aprova proposta de Lei de Segurança Interna a apresentar «em breve» à Assembleia da República.

## 2 Sexta-feira



Nos cinco distritos da zona de intervenção da Reforma Agrária os trabalhadores saem à rua em jornada de luta e esclarecimento. Registam-se grandes concentrações em uma dezena de cidades e vilas do Alentejo e Ribatejo. Na Assembleia da República, o Governo, respondendo a uma pergunta do PCP, reconhece que houve ilegalidade na autorização para a criação de uma estação de rádio concedida às Forças Armadas dos Estados Unidos. Milhares de trabalhadores espanhóis entram em greve em diversas regiões de Espanha, protestando contra a política social e económica do governo. Tony Benn, dirigente da ala esquerda do Partido Trabalhista regressa ao parlamento da Grã-Bretanha, após ter vencido por maioria as eleições no círculo de Chesterfield. O Presidente da República assina o decreto de nomeação do general Lemos Ferreira para o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

## 3 Sábado

A União dos Sindicatos do Porto protesta contra declarações proferidas nesta cidade pelo embaixador dos EUA no nosso País, Allen Holmes, considerando-as «uma clara ingenuidade na vida portuguesa»; Holmes afirmou, entre outras coisas, que se congratulava pela abertura da banca à iniciativa privada no nosso País, considerando porém que era preciso «aprofundar estas medidas». Um antigo oficial salvadorenho, citado pelo «New York Times», afirma que um bom número de altos responsáveis salvadorenhos e o candidato da extrema-direita às «eleições» presidenciais de 25 de Março próximo, major Roberto D'Aubuisson, dirigem os «esquadrões da morte». Dante Caputo, ministro das Relações Exteriores da Argentina, declara no México que o seu país reembolsará a sua dívida externa desde que isso não prejudique a estabilidade democrática e o plano de relançamento económico da Argentina. Morreram vários dos 43 detidos que tinham iniciado uma greve de fome até à morte na Turquia, numa prisão militar, segundo familiares destas vítimas do regime fascista turco.

## 4 Domingo



Segundo um estudo revelado pela CGTP-IN, o movimento sindical unitário reforçou e consolidou as suas posições nos primeiros meses do corrente ano, alcançando as suas listas 65,8% dos votos e 75,7% dos mandatos nas eleições realizadas em Janeiro e Fevereiro para as Comissões de Trabalhadores (CT's) de 40 empresas, impondo-se de forma esmagadora às listas dos divisionistas da UGT e às afectas aos «aparatos» dos partidos da coligação governamental e CDS. Forças da resistência libanesa provocam 12 mortos ou feridos ao exército israelita de ocupação do sul do Líbano. Os eleitores soviéticos vão às urnas para elegerem os 1500 deputados do Soviete Supremo — 750 para o Soviete da União e igual número para o Soviete das Nacionalidades. Tomas Borge, ministro do Interior da Nicarágua, acusa os bandos somozistas apoiados pelos EUA de prepararem uma nova campanha militar de grande envergadura contra a Nicarágua nas próximas semanas.

## 5 Segunda-feira

O Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento revela que de Janeiro a Setembro do ano passado se registou uma acentuada quebra dos salários reais, a estagnação da produção industrial, a queda da produção agrícola em cerca de dez por cento e um aumento significativo da taxa de desemprego, os dados do relatório oficial desmentem o que diariamente é afirmado pelo Governo PS/PSD. Mário Soares encontra-se com o Papa João Paulo II no Vaticano. Aumenta o preço do leite especial pasteurizado, de 43 para 47 escudos. É anunciada oficialmente a revogação do acordo israelo-libanês e a realização a 12 deste mês, em Lausanne, da segunda sessão do «Congresso de Reconciliação Nacional» libanês; Israel responde a estas medidas com novos ataques ao Líbano. O presidente francês, François Mitterrand, volta a reunir com Margaret Thatcher na tentativa de ultrapassar os problemas que se colocam no âmbito da CEE.

### Editorial

# A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

A necessidade e a urgência de uma nova política e de um novo governo que resolutamente se proponham equacionar os graves problemas nacionais, visionados do ângulo dos interesses populares mais vastos, crescem à medida que se aprofunda a crise em que se debate o País.

As manifestações desta crise, a sua extensão e gravidade são por demais evidentes.

No plano económico-financeiro como no plano social; no plano das instituições como no da cultura e da moral, a política de recuperação capitalista acelerada da clique Soares/Mota Pinto conduz aberta e infalivelmente ao desastre.

Sobre o dorso dos trabalhadores da cidade e do campo, sobre as classes e camadas mais desfavorecidas da nossa população faz este Governo serventário de interesses que não são os do povo e do País tombar o peso esmagador da crise. Simultaneamente, abre aos monopólios, aos interesses de rapina do capital financeiro e do imperialismo, o terreno da completa submissão da nossa independência nacional.

A esta política de verdadeira traição aos interesses nacionais e populares respondem com vigor as classes trabalhadoras. Se quisésemos definir a característica dominante da situação actual, a firme resistência dos trabalhadores, a vigorosa resposta popular à política da clique Soares/Mota Pinto, seria, sem dúvida, a característica que se imporia eleger.

A resposta — a única que pode fazer-se ouvir no momento actual, a única que pode barrar o caminho à brutal ofensiva do grande capital mandatada ao Governo Soares/Mota Pinto — é a resposta de massas, a resposta da luta.

A luta do povo trabalhador assume cada vez maior amplitude e combatividade. Revela um salto na consciência política da classe operária e uma convicção profunda e cada vez mais generalizada de que a liquidação do flagelo do desemprego, dos salários em atraso, da queda do valor real e do poder de compra dos salários, da repressão contra os trabalhadores, passa necessariamente por uma solução política de fundo, pela substituição do actual Governo por outro que estabeleça a confiança do povo e reanda as esperanças de Abril no coração dos portugueses, passa em última análise e necessariamente por uma alternativa democrática à política actual e ao Governo actual.

Para um observador isento e informado capaz de aprender na sua verdadeira essência o fenómeno social, para o analista guiado por critérios de objectividade e de síntese na observação dos acontecimentos, salta à vista que a um carregar no acelerador da ofensiva antipovo e anti-Abril na sua expressão mais lata da clique governante nos últimos três meses, corresponde uma intensificação do movimento popular, da luta dos trabalhadores e do povo nas formas mais variadas da sua resposta de massas.

Esta saliente realidade do movimento popular de massas confirma-o de maneira crescente como factor determinante das grandes mudanças políticas no Portugal de Abril, é, no momento presente, o sol e o húmus que faz amadurecer rapidamente as condições institucionais e políticas para uma necessária alternativa democrática, é o índice mais significativo de que o Governo Soares/Mota Pinto tem os dias contados.

Claro, para os inimigos da democracia, para os activos defensores da política fascizante e antipovo do actual Governo, para os «analistas» de pacotilha ou para os abertos e encapotadamente comprometidos com o projecto restauracionista da direita, a desinformação, a mentira mais descarada, a torpeza das conclusões são lei.

O Governo e os seus fiéis serventários controlam apertadamente a comunicação social de massas, como a TV e a Rádio, manipulam a imprensa estatizada, silenciam ou deturpam a voz dos trabalhadores, em particular da sua força mais consequente — o PCP — põem em circulação para consumo próprio versões falsificadas dos acontecimentos destinadas a desanimar os elementos retardatários, a desmobilizar a luta de massas, a alimentar falsas esperanças que a política do Governo desmente a cada passo.

Os pasquins fascistas encimam o produto falsificado com grandes parangonas: «Grande derrota do PCP e da Inter!» e outras quejandas. Outros, mais conspicuos, vendem a prosa hipócrita com o tom mais sério deste mundo, com considerações falsamente judiciosas que não têm relação nenhuma com os factos.

Um deles escreve mesmo: «O PCP não está obviamente a travessar a sua melhor fase». E noutros pontos da «judiciosa» análise: «a capacidade de mobilização da Inter começa a fraquejar até onde a sua implantação se mostra mais militante».

Alguns destes comentadores mais parecem avestruzes que enterram a cabeça na areia para não verem as realidades. Outros tentam lançar a poeira nos olhos de quem vê, embora conheçam muito bem a realidade objectiva, como se desprende deste mimo: «a CGTP perde força de mobilização numa altura em que o agravamento do custo de vida, o aumento do desemprego e a travagem generalizada na actualização dos salários e nas regalias complementares pareciam condições propícias para o aprofundamento da contestação do Governo com plena adesão dos trabalhadores».

Entretanto a força decisiva do movimento de massas afirma-se de maneira crescente, contrariando as sentenças destes «profetas da desgraça».

Nos últimos três meses poderosas lutas mostram como o fosso entre o povo e o Governo Soares/Mota Pinto se aprofunda e alarga cada vez mais e como a resposta dos trabalhadores adquire rapidamente níveis superiores.

O recurso à repressão pela violência e pela criação de instrumentos jurídicos adaptados a cobertura de actos do Poder abertamente inconstitucionais e ilegais é, em oposição aos objectivos visados, um factor de mais rápida politização das lutas de massas, de maior consciencialização dos trabalhadores e do povo na questão basililar do Governo e da natureza da sua política de classe.

O X Congresso do PCP previu, e a evolução da situação o confirma, este irremissível processo do movimento de massas.

Desde a segunda metade de Dezembro do ano transacto, em resposta à intensificação da guerra social contra os trabalhadores e outras classes e camadas da população movida pelo Governo Soares/Mota Pinto e da intensificação dos preparativos para uma ofensiva generalizada da clique governante contra as grandes conquistas de Abril — as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos e

liberdades dos trabalhadores — multiplicam-se por todo o País em condições e formas diversas, algumas de flagrante originalidade, grandes e pequenas lutas e acções de massas de vários tipos. A este acervo de lutas deve juntar-se no plano político acutilantes iniciativas parlamentares do PCP em apoio das reivindicações populares na Assembleia da República, nos órgãos do Poder Local — aos quais o Governo acentua o estrangulamento financeiro — e em várias frentes de luta política e de defesa das instituições, actualmente também sob o fogo desestabilizador da clique governante.

A vigília nacional de 23 de Dezembro contra o roubo do 13.º mês e o não pagamento dos salários em atraso mobilizando dezenas de milhares de trabalhadores de 35 concelhos e distritos, foi o começo da intensificação do movimento de massas no plano nacional, regional, local e de empresa.

A resposta dos trabalhadores diversifica-se e ao mesmo tempo unifica-se nos objectivos políticos essenciais.

O desemprego, o não recebimento dos salários, a elevação brutal do custo de vida, dificultam o dispêndio de dinheiro para o custeio dos transportes na organização de grandes manifestações e acções centralizadas.

Mas a consequência é a irradiação dos centros de luta, a variedade de formas impostas pelas condições locais e regionais e o alargamento a todo o País do combate dos trabalhadores pelas suas reivindicações fundamentais.

Greves de duração variável, algumas com ocupação das empresas; concentrações junto de Ministérios; vigílias junto da residência do Primeiro-Ministro, acções de esclarecimento de massas sobre a situação de miséria e fome de muitos milhares de famílias acompanhadas de interrupções do tráfico rodoviário e ferroviário como as da Marinha Grande, da Ponte 25 de Abril, da Ponte de Santarém pelos operários do Tramaçal, e outros, marchas da fome, marchas e concentrações de reformados, de trabalhadores da Função Pública, das mulheres, da juventude trabalhadora, importantes concentrações e manifestações na zona da Reforma Agrária, como a da Praça do Giraldo em Évora contra o desemprego, plenários, grandes reuniões de massas e uma infinidade de diligências junto dos órgãos de soberania de inúmeras delegações de trabalhadores.

As grandiosas acções políticas da última sexta-feira, com greves, concentrações, desfiles e vigílias em defesa do sector público e nacionalizado, ameaçado de «desmantelamento» pelo Governo Soares/Mota Pinto, constituíram uma importante e poderosa luta contra a política anti-Abril dos governantes.

Para os conspicuos «analistas» da direita tais acções são «grandes derrotas do PCP e da Inter» mas a realidade insofismável é outra e constitui um rotundo desmentido das profecias destes sábios «profetas».

A resposta dos trabalhadores é insofismável e plena de significado político: o Governo Soares/Mota Pinto é um governo inimigo dos trabalhadores. Deve ir para a rua. Deve ser substituído por outro que se empenhe numa política de direcção oposta que vá ao encontro dos grandes problemas do povo, que dê solução à crise e abra aos portugueses a esperança de melhores dias.

As próximas acções e lutas, a sua crescente combatividade e expressão política, a sua unificação para outras acções de maior envergadura, são a resposta incisiva e firme dos trabalhadores à guerra social que lhes é movida pelo Governo de Mário Soares e Mota Pinto.

# Agricultores de Leiria em defesa das suas explorações

Mais de 1500 agricultores, do distrito de Leiria, muitos deles com as suas máquinas agrícolas, participaram numa jornada de protesto contra a calamitosa situação em que se encontram em resultado da política agrícola do Governo PS/PSD.

Organizada pela Federação dos Agricultores do distrito, esta acção consistiu de um desfile iniciado junto à Estação Agrária de Caldas da Rainha e que terminaria com uma concentração em frente à Câmara Municipal, no decorrer da qual

uma delegação foi recebida pelo presidente da edilidade a quem fez a entrega de um documento contendo as principais reclamações dos produtores da região.

Nele se dá conta da difícil situação com que se debatem os agricultores devido aos altos custos dos factores de produção, nomeadamente os adubos, rações, pesticidas, sementes, gasóleo e máquinas agrícolas.

No entender dos subscritores do documento a estas difi-

culdades acrescem ainda os baixos preços pagos à produção, que, sublinham, «são de tal modo ridículos» que estão a levar, em ritmo acelerado, ao abandono das terras, ao encerramento das pecuárias e à destruição da pequena e média lavoura.

Em face disto não é, pois, de admirar a indignação que percorre um número crescente de quantos vivem e trabalham na agricultura e que não vêem o esforço do seu trabalho ser minimamente recompensado.

Depois de manifestarem a sua disposição de defenderem as suas explorações «seja a que preço for», os agricultores presentes na concentração reclamaram gasóleo com corante mais barato para a lavoura e pagamento do seu subsídio; intervenção da JNV no escoamento do vinho a preços justos e pago a horas; impedimento de qualquer importação de produtos agrícolas que possam ser cultivados em Portugal; actualização dos preços à lavoura e créditos simples e com juro baixo para os agricultores.

# Cinema da RDA na Cinemateca

Por iniciativa da embaixada da Republica Democrática Alemã em Lisboa está a decorrer na Cinemateca Portuguesa um ciclo de cinema da RDA.

Hoje, às 21.30 h, pode ver-se o filme «Os assassinos estão entre nós», de Wolfgang Staudte (versão original) e amanhã, às 18 h, «O dondilo dos Deuses», de Kurt Maetzig; também amanhã, mas às 21.30 h é projectada a película «O lacio», de Wolfgang Staudte.

No sábado, na sessão das 18 h, passa o filme de Slatan Dudow, «Mais forte que a noite» e às 21.30 h «O capitão de Colónia», do mesmo realizador. As sessões de segunda-feira são preenchidas respectivamente pelas películas «O terceiro», de Egon Günther e por «Icaro», de Heiner Carow. Na terça-feira, dia 13, às 21.30 h, pode assistir-se ao filme «Jacob, o mentiroso», de Frank Beyer e na quarta-feira às 18 h a «Abril tem 30 dias», de Günther Scholz. Ainda no dia 14 mas às 21.30 h é apre-



sentado o filme «Solo Sunny» de Konrad Wolf e Wolfgang Kohlhaase.

Na quinta-feira, dia 15, às 21.30 h, passa o filme «A noiva», de Günther Rühcher e Günther Reisch. O ciclo termina na sexta-feira com as películas «Um ano à experiência», de Hermann Zschoche e «Inquietação», de Lothar Warneke, respectivamente às 18 e às 21.30 h. A iniciativa decorre na sala Dr. Félix Ribeiro, da Cinemateca, na Rua Barata Salgueiro, 39, em Lisboa.



A preparação da jornada de esclarecimento que decorrerá de 23 a 25 de Março e a actual situação política foram temas em foco no recente plenário do organismo de direcção da OR de Lisboa do PCP, realizado no Centro Vitória com cerca de 170 camaradas e ainda com a participação dos camaradas Octávio Pato e José Casanova. Presidiu ao plenário, que registou intervenções do camarada Casanova a abrir e a encerrar os trabalhos, o Executivo da DORL.

## Plenário em Alcabideche

O trabalho da APU na freguesia, a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Cascais e a análise da situação política e social — são os pontos da ordem de trabalhos do plenário de militantes da freguesia de Alcabideche, que decorrerá no próximo sábado, dia 10.

## Sector Público da ORL

«Com o PCP, com os trabalhadores, defender o sector público, continuar Abril» — este o lema da 1.ª Assembleia do Sector Público da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, marcada para o próximo dia 24, na Voz do Operário (pavilhão Gulbenkian). Além da discussão e aprovação do relatório e da resolução política, a Assembleia, que reunirá cerca de 200 delegados, elegerá o organismo de direcção do sector. Os trabalhos decorrerão entre as 10 e as 18 e 30 (com intervalo para o almoço). Ao fim da tarde, haverá a sessão de encerramento com a participação do camarada José Casanova, da Comissão Política do CC. O sector público da ORL compreende sete empresas: CTT, TLP, Marconi, EDP, EPAL, Aga e EPAC.

## CT do Faralhão (Setúbal)

Integrado na campanha de angariação de fundos para o novo Centro de Trabalho do Faralhão (cidade de Setúbal), realiza-se no próximo domingo, dia 11, um almoço-convívio no parque das escolas. A campanha para esta nova casa do Partido tem conta aberta no Banco Totta e Açores/Setúbal, com o número 3475116/001.Colabora!

## Assembleia em Ílhavo

Uma recente reunião de quadros do PCP tomou importantes decisões sobre a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Ílhavo, iniciativa que foi marcada para 12 de Maio próximo, tendo sido constituída uma comissão de trabalho de 14 camaradas para a dinamização de várias tarefas no âmbito da actividade preparatória da Assembleia, que incluirá um largo conjunto de reuniões e uma campanha de contactos.

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

### TABELA DE ASSINATURAS

Continente	900\$00
Regiões Autónomas	2050\$00
Espanha	2050\$00
Europa	4600\$00
Países de expressão portuguesa	4750\$00
Extra Europa	6850\$00

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

### O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO:** Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

**DISTRIBUIÇÃO:** CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57, 2.º, 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825/769751

**Casa de Venda em Lisboa:** Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238

**Centro Distribuidor de Évora:** Alcazarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361

**Centro Distribuidor de Faro:** Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417

**PUBLICIDADE CENTRAL:** Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 776396/776750

**Porto:** Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067

**Composto e impresso na Heskla Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora**

**Depósito legal n.º 205/82**

**Tragem média do mês de Janeiro 45900**

Assembleia da República

Gestores

Governo não quer aplicar a lei

Foi rápida a votação do recurso do PCP sobre a recusa de admissão, por parte do presidente da AR, de um projecto comunista sobre medidas de emergência quanto ao problema dos salários em atraso. As intervenções registadas na quinta-feira passada foram quase e apenas meras repetições do que o início do debate tinha sido. A maioria — agora nitidamente formada pelos partidos da coligação mais o apêndice ASDI — rejeitou o recurso, não tendo o PS aduzido mais razões aquelas um pouco fracas, que expusera pela boca de José Luís Nunes, atendo-se exclusivamente ao facto de o PCP pretender, neste novo projecto, que os salários fossem garantidos pelo Estado. O PSD alinhou, em magra intervenção de improviso, nas mesmas posições. A ASDI, idem. A favor do recurso, que seria rejeitado, votaram os outros partidos e agrupamentos parlamentares. O PCP revelaria, no final, que não desiste e pretende transformar o projecto agora não admitido em quatro outros.

A continuação do debate do recurso e a sua votação era, na passada quinta-feira, o polo de interesse dos trabalhos de Ordem do Dia, junta à votação para a constituição de uma Comissão de Inquérito à EPAC. Foi, pois, no período de antes da Ordem do Dia, que foram encontradas outras razões de interesse. A começar pela declaração política de Carlos Carvalhas — que hoje publicamos na integra — e que versou sobre os ataques ao sector público. No mesmo momento em que decorria no País uma jornada nacional de luta em defesa do sector, as vozes de protesto (de Nogueira de Brito a Acácio Barreiros) mostraram pouca convicção na defesa de uma política contrária aos interesses dos trabalhadores e aos interesses nacionais. A menor convicção possível foi a demonstrada por Carlos Lage, do PS, que inclusivamente se achou na obrigação de sublinhar que, pessoalmente, nunca tomara posição favorável à abertura da banca e dos seguros à privada.

Entretanto, José Manuel Ambrósio, do PS, profetizou também uma intervenção que pretendia, a «propósito de abusos» na actuação dos piquetes de greve, diminuir os méritos das lutas desencadeadas nesse dia pelos trabalhadores. Mas absteve-se significativamente de questionar as causas que moviam esta organização sindical a desencadear as presentes formas de luta...

O pior caminho No período de antes da Ordem do Dia surgiu também uma intervenção do deputado comunista Jerónimo de Sousa. Em causa a questão dos gestores eleitos pelos trabalhadores para as empresas públicas e nacionalizadas. Problema que, como disse o deputado do PCP, tem vindo a conhecer, desde finais de 1979, vicissitudes incompatíveis com a legalidade democrática e constitucional.

Após a queda e derrota da "AD" — recordou o camarada —, que durante três anos impediu a entrada em funções dos representantes eleitos por mais de 500 mil trabalhadores, o PS inscreveu, nas suas cem medidas para cem dias, a necessidade urgente de tomada de posse desses gestores.

Jerónimo de Sousa sublinharia que já passaram nove meses — não apenas cem dias! —, e que o actual Governo PS/PSD continua a proibir a aplicação de um direito expresso numa Lei da República.

E seguidamente, lembrou: Curiosamente, após a apresentação pelo Grupo Parlamentar do PCP dum Projecto de Resolução que visava corrigir a legalidade e reclamava a entrada imediata em funções desses representantes, o Governo veio a esta Assembleia solicitar uma autorização legislativa para rever o Decreto-Lei n.º 269/76 e legislação complementar sobre o estatuto das empresas públicas. Na sua fundamentação o Governo propunha-se introduzir alterações que

visavam designadamente possibilitar que nos órgãos sociais das empresas tivessem assento os representantes eleitos dos trabalhadores nos termos da alínea f) do artigo 55.º da Constituição e da Lei n.º 46/79, de 12 de Setembro.

Nessa ocasião afirmámos como facto inquestionável que nenhum decreto ou medida avulsa deveria restringir, impedir ou adiar por mais tempo a entrada em funções dos representantes eleitos democraticamente pelos trabalhadores.

E a uma pergunta directa da minha camarada Ilda Figueiredo, o senhor secretário de Estado de serviço nesse dia afirmou:

«Quanto aos órgãos sociais das empresas públicas sobre os quais pôs uma dúvida concreta, diria que não está em causa intervir no processo eleitoral a representação dos trabalhadores nos órgãos sociais das empresas. Apenas está em causa criar as condições para que as eleições, anteriores ou futuras possam ter efeito».

Dissemos das nossas pre-ocupações. Mas ninguém esperaria que o Governo escollhesse o pior caminho. O da ilegalidade e da inconstitucionalidade!

Através do Decreto n.º 29/84, de 20 de Janeiro, e dum penada, desautorizou o secretário de Estado, ultrapassou o âmbito da autorização legislativa, restringiu e descaracterizou o direito, procurou inviabilizar o resultado das eleições anteriores e violou a camartelo normas constitucionais.

Descobrir a «pólvora»

A vontade política de impedir a tomada de posse era tão grande que julgou ter descoberto a pólvora com uma norma inovadora — ironizou Jerónimo de Sousa referindo-se à primeira parte do n.º 3 do artigo 8.º do decreto a

que aludira e no qual se afirma que «um dos membros do Conselho de Administração representará os trabalhadores da empresa e será eleito nos termos do artigo 31.º da Lei 46/79 de 12 de Setembro».

Até aqui tudo bem — disse o deputado do PCP. — A maravilha vem a seguir. «Por maioria dos trabalhadores representados!» Já éramos pioneiros na existência de trabalhadores que trabalham e não recebem. So faltava mais esta!

E continuou mais adiante: Esta coisa da «maioria dos trabalhadores representados», se nunca teve nada a ver com as eleições das Comissões e Subcomissões de Trabalhadores assim como para os representantes eleitos para os órgãos de gestão, levada ao extremo nas eleições para outras estruturas e órgãos, levaria a esta conclusão:

Não tínhamos órgãos dirigentes para os sindicatos, colectividades e outras associações, o cargo de Presidente da República estava vago, esta sala não teria deputados e a maioria dos órgãos autárquicos não existiriam. Fazíamos ainda mais um exercício:

Esta maioria PS/PSD não corresponde à maioria dos cidadãos representados nos cadernos eleitorais.

Vejam lá senhores deputados!... No momento em que anda por aí tanta gente a querer alterar a Lei Eleitoral, se os mentores deste princípio estiverem metidos no negócio, ainda acabamos por ficar sem órgãos de soberania, sem sindicato, sem comissões de trabalhadores, sem organizações sociais.

Como é possível que com sacrifício dos princípios constitucionais se coloquem nas mãos dos que se abstêm a eficácia real de um acto eleitoral? — perguntou Jerónimo de Sousa, que sublinhou:

Valorizar o abstencionismo e desqualificar os que votam, fere e ofende clamorosamente os valores do próprio direito eleitoral, das regras, princípios e valores democráticos.

O Governo procurou assim inviabilizar a vontade democrática de 500 mil trabalhadores, mas à cautela ainda acrescenta a criação de uma Comissão Executiva de composição limitada caso os representantes dos trabalhadores consigam uma maioria qualificada.

O Governo quer ainda sujeitar à nomeação e exoneração do Conselho de Ministros esses trabalhadores eleitos.

O Governo quer inviabilizar (e inviabiliza de facto) a esmagadora maioria das eleições já realizadas sem este requisito, consagra uma restrição desproporcionada e abusiva de um direito fundamental conducente à sua negação e com ofensa do disposto no Artigo 55.º, alínea f) da Constituição.

Vale a pena lembrar, senhores deputados, o número 3 do Artigo 18.º «as leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem ter efeito retroactivo, nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais».

Dando combate a este autêntico regabofe legislativo e a este vete classista contra os direitos dos trabalhadores, o Grupo Parlamentar do PCP já recorreu para o Tribunal Constitucional a fim de que o Decreto n.º 29/84, seja declarado inconstitucional — anunciou o deputado do PCP, que concluiu:

Este monó jurídico procura impedir a fiscalização e o controlo dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas. É mais uma peça no ataque que está a ser desencadeado contra as empresas públicas e nacionalizadas.

Os trabalhadores não desistiram de continuar a luta pela reposição da legalidade democrática e exigindo o cumprimento de uma Lei da República e reclamando a entrada imediata em função dos gestores eleitos pelos trabalhadores, defendendo também aqui o sector público nacionalizado.

Perguntar — ofende ...

O Governo vai à Assembleia responder mas pensa que o calado é o melhor

Duas perguntas, de um molho delas, foram respondidas ao PCP pelos membros do Governo que se apresentaram na Assembleia da República na passada sexta-feira. Já aqui tivemos oportunidade de dizer que este tipo de sessões vale mais pelas perguntas que pelas respostas. Geralmente, na maior parte das questões colocadas, o Executivo responde por escrito, escondendo-se do público um debate que poderia ser interessante. Mas nem por isso, durante a reunião pública, deixa de haver motivos para que se siga com atenção o que acontece. Nos poucos sinais revelados, alguns aparecem que mostram como vai a carruagem governamental. Que quem lá vai dentro já se sabe.

Ministros — e sobretudo secretários de Estado — responderam a um rol de menos de uma dezena de perguntas apresentadas por vários partidos. Para além das do PCP, realce para as perguntas do CDS a que Rui Machete respondeu. Era sobre «o aumento da criminalidade e as medidas para combatê-la», sobre «violência e agudização do terrorismo e medidas a tomar para combater tais situações».

O caso de «Camarate» surgiu um pouco pela tangente. Realce, não porque as respostas tenham revelado alguma coisa de importante, mas porque, uma vez mais, a filosofia do Governo e do CDS se mostraram próximas. Ficámos a «saber» que não temos ainda o nível da Europa, mas que lá chegaremos no capítulo da criminalidade. E que o Governo se prepara para pôr cá fora, com o devido segredo, um conjunto de medidas impressionantes — Informações, Segurança Interna. E o etc. do que não foi dito e certamente se cozinha com a ajuda experiente dos parceiros da CEE e outros.

Admissão da ilegalidade

O grande espanto, porém, foi o facto de o secretário de Estado da Comunicação Social ter admitido publicamente que a concessão da licença às forças armadas dos EUA para a utilização de uma frequência de rádio em território nacional, fora um acto ilegal. Não deste Governo, claro. Mas do... anterior. Que só agora é que as FA's dos Estados Unidos é que puderam utilizar tal frequência — e o secretário de Estado justificou a demora dos americanos com os processos burocráticos lusitanos. E que o Governo, se quisesse agora reparar a ilegalidade, cometera uma maior...

O secretário de Estado respondeu a uma pergunta sobre o caso, dirigida ao Governo pelo deputado comunista Jorge Lemos. Este recordara que aquele membro do Executivo, «em declarações ao telejornal de 16 de Fevereiro», informara que «o licenciamento terá sido decidido pelo então ministro dos Transportes, Viana Baptista, ao abrigo da legislação de 1933». O secretário de Estado confirmou, afirmando que considerava «pessoalmente» que tal licença fora irregularmente concedida pois não fora outorgada a Comunicação Social...

Quanto à questão, também muito directa, colocada pelo deputado do PCP, sobre a sorte que iriam ter os pedidos de licença da parte de portugueses — mais de uma centena, conforme o próprio membro do Governo afirmou —, a resposta foi que nenhuma licença seria concedida «até à saída do regime legal de distribuição de frequências».

Entretanto, os privilegiados continuam a gozar o privilégio. Para os portugueses não se abrem excepções. Isto apesar de, como Jorge Lemos sublinhou, a surpresa e o protesto pro-

vocados por este sistema de «dois pesos e duas medidas» virem de vários partidos e bancadas.

O arbitrio da portaria

Outra pergunta apresentada pelo PCP — desta vez por Alvaro Brasileiro, o primeiro deputado a intervir na sessão — não obteve resposta satisfatória, apenas uma vaga promessa de que o problema estava a ser resolvido...

Tratou-se da questão dirigida ao Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação: «Diariamente avolumam-se os casos de acoções de despejo movidas contra os seareiros de campanha — afirmou Alvaro Brasileiro. — A situação é de tal modo grave que até subarrendadores (que à face da lei não têm quaisquer direitos) se permitem despejar os subrendeiros (os que legalmente adquirem o direito ao arrendamento).

«A par desta situação as rendas de campanha têm atingido valores inadmissíveis, da ordem dos 50 a 80 e mais contos.

«São os seareiros do Ribatejo, tradicionais produtores de tomate e melão, as principais vítimas do arbitrio que se instalou face à permissividade da Portaria 552/83 e à impunidade de que gozam os senhorios no que respeita ao não cumprimento das tabelas de rendas máximas.»

O Governo respondeu que já lá vamos. Quando? A nova portaria já foi enviada para publicação. Deve andar «enravada» em algum corredor ou gaveta...

O lote das perguntas a que o Governo não respondeu publicamente foi vasto. Só o PCP apresentou um conjunto de nove perguntas e a duas apenas coube a «graça» de serem contempladas com respostas no hemisfério. As outras ficam no segredo dos papéis, longe dos ouvidos e dos olhos.

Zita Seabra dirigiu ao Ministério do Equipamento Social uma pergunta sobre a via rápida Aveiro-Vilar Formoso, indagando do prazo previsto para a sua conclusão; Rogério de Brito apresentou duas perguntas ao Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação — uma sobre se o Governo pretende continuar a sua política de atribuição de «reservas», outra sobre a execução de cobranças coercivas referentes ao Crédito Agrícola de Emergência, rejeitada pelos agricultores; ainda ao MAF, dirigiu-se Custódio Ginjaço, solicitando esclarecimentos sobre o criticado «Projecto Piloto de Combate ao Desemprego na Zona de Intervenção da Reforma Agrária»; Jorge Patrício, Paulo Areosa e Odete Santos, todos do PCP, também apresentaram perguntas — os dois primeiros sobre problemas do ensino e Odete Santos sobre a actuação da Inspeção Geral do Trabalho.

Carlos Carvalhas Cortina de fumo governamental para reconstituir os monopólios

Em intervenção no período de antes da Ordem do Dia de quinta-feira passada, o camarada Carlos Carvalhas proferiu um discurso que transcrevemos hoje na íntegra:

Não são novas as campanhas, nem os argumentos utilizados contra as empresas nacionalizadas. A política de recuperação capitalista tem sido sempre acompanhada de «grandes doutrinações» e intoxicações contra o sector público da economia e o papel do Estado, definido na Constituição.

Mas os que apontam as virtualidades do «primado da iniciativa privada», os endeuasadores da «liberdade de iniciativa» e dos «empreendedores», os fundados da febre liberalizadora, procuram ocultar, sempre, uma realidade. A de que Portugal já viveu no sistema económico hoje reclamado pela CIP, pelo CDS, pelo PSD e por todas as forças que servem o grande capital. Sistema económico que condenou durante quase meio século o povo português à miséria, à incultura, à emigração em massa, à guerra colonial e o País à cauda da Europa. É que o que está em causa, para tais «teorizadores» e para este governo, não é o desenvolvimento económico e social do País, o melhoramento das condições de vida do povo, embora se sirvam de tais argumentos. O que está em causa para estes é a reconstituição do poder económico e político, das fortunas e dos privilégios dos grandes senhores a quem servem, de quem recebem, ou a quem estão ligados.

É aliás significativo o que se esconde, por exemplo, por detrás dos slogans «modernizar a economia» e «empreender reformas estruturais» tão utilizados nos discursos oficiais, como cortina de fumo a tapar os reais objectivos do Governo e o desastre económico. Não se trata como alguns poderiam julgar, do necessário desenvolvimento das forças produtivas, do fomento do investimento, do aproveitamento dos nossos recursos e energias internas, da inovação tec-

o sector privado é o dinamizador da economia, seriam os mesmos que se apanhassem as empresas do sector nacionalizado, logo «gritariam» a evidência de que estas são o motor da economia, as básicas e que, por isso, o Estado lhes deveria canalizar crédito, facilidades e dar condições de desenvolvimento. Ou seja aquilo que agora lhes é negado. Os argumentos variariam de sinal em função dos seus interesses egoístas e de classe.

No entanto se o sector nacionalizado não tivesse sido objecto de um sistemático boicote e ataque, mas sim dinamizado, tal como o PCP apontou em linhas e medidas concretas nas Conferências Económicas de 1977 e 1978, este teria desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento económico, no aproveitamento dos nossos recursos, e no apoio ao sector privado, nomeadamente na colocação a montante e a juzante de largas encomendas. A situação seria hoje totalmente diferente.

Previmos os resultados de tal política e prevínimos contra esta situação. A vida infelizante deu-nos razão. E ninguém pode dizer que ao longo dos anos os trabalhadores não denunciaram os boicotes, a corrupção, a descoerção, que não apontaram medidas e soluções a que os governos, ao serviço do grande capital fizeram tábuas rás. E agora procuram atirar as culpas da sua política de ruína para cima das empresas nacionalizadas. Mas foram os Governos do PS, do PSD e do CDS, que nomearam os Conselhos de Gerência, e que impediram a entrada em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores, que estabeleceram as normas genéricas da gestão, que determinaram investimentos e cortes, que obrigaram as empresas a recorrer ao crédito externo.

E dos sucessivos Governos decorreram as diversas políticas e a utilização dos instrumentos económicos e financeiros, do crédito, do investimento, dos impostos, taxas e pre-

ços, dos subsídios, das trocas comerciais internas e externas, da aplicação de lucros, de normas salariais, etc. etc..

O objectivo é a restauração dos grupos monopolistas

Por isso é preciso ser-se despojado para, tendo estado nos diversos governos desde 1976, ou ainda lá estando ou se tendo apoiado, vir agora falar de prejuízos, do mau funcionamento ou da falta de dinamismo do sector empresarial do Estado. O objectivo é claro: a restauração dos grupos monopolistas. Ai se enquadrará a actual ofensiva e campanha de intoxicação em que uma das direcções consiste na deturpação de números, tal como o fez o ministro da Indústria em recente acto oficial em que apresentou um conjunto de dados negativos sobre as empresas públicas industriais entre 1977 e 1983. A tal ponto que, tal como se refere na nota da Comissão Política do CC do PCP, sobre a ofensiva do Governo contra o sector nacionalizado, Veiga Simão chegou a caracterizar a situação das empresas apenas com a indicação dos passivos que logo a RTP, peça essencial dessa campanha, transformou de forma irresponsável e mentirosa em prejuízos!

É vergonhoso sr. presidente e srs. deputados. É uma vergonha e afronta ao povo português que um órgão de comunicação social estatizado minta descaradamente, nomeadamente, sobre matéria de tal relevância e que mesmo depois de denunciado, se mantenha na mesma posição...

Ora a verdade é que se «o passivo das 18 empresas públicas e industriais e de energia é de 1034 milhões de contos, elas têm, no entanto, um activo líquido no valor de 1268 milhões de contos», isto é, uma situação líquida positiva de 234 milhões de contos! E quando o MI se reporta ao pe-

riodo de 1977 a 1983 nós perguntamos: a quem está a imputar Veiga Simão as responsabilidades? A Walter Rosa (76), a Carlos Melancia (78), a Alvaro Barreto (79), a Baía Horta? É que durante este tempo o Ministério da Indústria esteve dois anos e meio nas mãos do PS e em igual tempo nas mãos do PSD e do CDS, ou seja, nas mãos dos que tendo feito o «mal», fazem agora a «caramunha»...

É ou não verdade que as empresas públicas foram obrigadas a recorrer ao crédito externo (muito mais gravoso do que o interno) como forma de o Estado financiar os défices da balança de transacções correntes? A EDP, por exemplo, com investimentos aprovados no quadro do PISEM em 1982 de 54 milhões de contos apesar de ter autorizada a recorrer ao crédito interno até ao montante de 12,8 milhões. Depois a desastrosa desvalorização do escudo ainda mais as individuides de tal maneira, que cerca de 50% da dívida externa das empresas nos fins de 1983 deve-se às sucessivas desvalorizações. Para se ter uma ideia da sabotagem atente-se que só 18 empresas públicas industriais e de energia pagaram no ano passado de encargos financeiros cerca de 2,5 vezes os encargos com os trabalhadores.

Anarquia e irracionalidade

Mas não é só o crédito. É também o corte e a proibição de investimentos reprodutivos e a malbaratada de outros. É o não pagamento das dívidas do Estado às empresas nacionalizadas (200 milhões de contos) é a anarquia e a irracionalidade, como o que se passa no abastecimento de carvão à termoeléctrica de Sines, ou com a nafta que a Petrogal produz em Sines, e que em vez de vender à CNP (que a compra ao estrangeiro) a envia para Matosinhos Aliás as graves acusações dos trabalhadores quanto à gestão da Petro-

gal impunha ao Governo, pelo menos, um esclarecimento público.

E não deixa de ser esclarecedor que o Conselho de Gestão desta empresa tenha sido o único entre várias empresas públicas que não tenha anuído a uma recente solicitação do PCP para que fosse facultada uma visita a três de seus dirigentes com o objectivo expresso de melhor conhecerem a realidade da empresa e as suas acções e opções. Isto só por si, é revelador da transparência e entendimento democrático de tais senhores. Mas, apesar dos conselhos de gerência e das sabotagens sistemáticas, as empresas públicas continuam a gerar resultados positivos. O Governo prevê ir arrecadar a estas empresas, este ano, só de lucros (não contando com os impostos) 57 milhões de contos! E é precisamente por elas serem rentáveis, por serem o núcleo determinante da criação de riqueza e da acumulação, que elas são objecto da cobiça e da gula do grande capital. Por isso o Governo PS/PSD, ao serviço do grande capital, não tem hoje, tal como se afirma na nota do CC do PCP, como objectivo, a saída da crise. Pelo contrário: aprofunda a crise para viabilizar a restauração monopolista.

Por isso a acção dos trabalhadores é fundamental e não serão as miseráveis palavras do secretário de Estado Anselmo Rodrigues em monólogo na Televisão, ao modo do 24 de Abril, lançando ameaças e calúnias sobre as organizações de classe e políticas que afastarão o povo português da luta pelo trabalho, pelo pão, pela liberdade, pelas conquistas de Abril.

No momento crucial que se atravessa, uma vez mais a luta de massas, na qual se inscreve a jornada nacional de hoje em defesa do sector nacionalizado, é chamada a desempenhar papel determinante e patriótico na defesa do Portugal de Abril, do Portugal livre, democrático e independente.

Nacional

8 de Março de luta Concentrações contra o custo de vida em várias localidades

Que o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, seja este ano por todo o País um dia de luta é o objectivo primeiro do MDM, que em quase todos os distritos organiza acções reivindicativas junto dos órgãos que localmente representam o Governo e, em Lisboa, junto do Presidente da Assembleia da República, a quem hoje mesmo fará entrega de uma exposição sobre os problemas mais graves que afectam as mulheres.

São, no entender do MDM, questões que exigem medidas legislativas imediatas. A cabeça, a criação de um cabaz de compras que contenha os preços dos géneros de primeira necessidade. Mas num outro plano — o da discriminação e da violência — urge que a lei proteja a mulher. Que as mães solteiras sejam legalmente protegidas. Que se regule e faça aplicar o código de publicidade, de forma a impedir que a imagem da mulher seja utilizada de forma degradante na comunicação social.

No texto a entregar ao Presidente da AR o MDM considera ainda que devem ser tomadas medidas que imponham a modificação do conteúdo actual dos manuais escolares — «desactualizados, discriminatórios e malformativos em relação às novas gerações».

Ainda no plano legislativo, o MDM volta a reivindicar que o Dia Internacional da Mulher passe a ser feriado Nacional.

Distinção MDM/84 para operárias da Lundberg

No plano das acções de massas, o MDM dá destaque às concentrações contra o custo de vida que decorrerão hoje

em Alcântara e na Amadora, e refere outras iniciativas em Setúbal, Leiria, Coimbra, etc.

Mas à luta as mulheres associam como sempre a festa da solidariedade — e é assim que nomeadamente em Lisboa se realizarão espectáculos com lo Apolloni e Maria Barreto Leite, colóquios sobre Maria Lamas com a projecção de um filme e distribuição de flores, nas empresas e às mulheres em geral.

Para participar numa série de iniciativas organizadas pelos núcleos locais do MDM, a dirigente nacional Maria José Gomes estará em Bordéus e em Paris. Aqui, participará no dia 11 numa festa do MDM. Finalmente: foi já anunciado pelo MDM que no dia 17 de Março, na SFUAP-Cova da Piedade, fará entrega da sua Distinção/84 às operárias da Lundberg, uma empresa têxtil de Setúbal que, apesar de abandonada pelo antigo patrão, as trabalhadoras conseguiram manter em laboração e rentável, mantendo ao mesmo tempo os seus postos de trabalho.





# Director público teqento de produtos ressenciais

## sábado movido pela DORL de Let

dos organismos de importação e comercialização pública, do Sector de Organização Fundamental para o CAE, do GTAC, do CAE, das Empresas Públicas, Estarão em discussão, para além de outros temas como: o novo regime de importações e as consequências para a produção de cereais para a indústria moageira e para os consumidores; problemas de comércio interno e de balança comercial e a dívida externa; a redução da capacidade de intervenção das Juntas de Regulação e das Intermediárias, possivelmente em benefício dos interesses privados e dos intermediários, e a situação da produção nacional, da qual os produtores privados, de um lado, e o abastecimento público de comércio exterior, de outro, são essenciais para a alimentação.

O Trigo, Açúcar, Azeite (e outras oleaginosas), Carne, Leite, Batata, Bacalhau, etc., são bens essenciais para a alimentação humana. Não podem ser objecto de grandes interesses particulares, de negociações sujas e de manobras políticas de bastidores!

O regime de intervenção do Estado nestas áreas sensíveis da produção e do consumo (embora repleto de insuficiências e distorções) que os governos de direita vinham há muito pondo em causa, é imprescindível para solucionar os múltiplos problemas que há no sector. Estes governos, designadamente o actual PSPSD, procuraram alterar, destruir, tudo o que de positivo se fez a seguir ao 25 de Abril, a fim de reconstituir os mecanismos privados geradores de grandes lucros, tanto para capitalistas portugueses como para grandes multinacionais implantadas ou a implantar-se entre nós.

## Carlos Brito no Tramagal

# A MDF é um grito de acusação contra a política antinacional

Intervindo num comício de solidariedade com os trabalhadores, promovido pelo Partido na última sexta-feira no Tramagal, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, afirmou a dado passo: «A MDF é uma sigla que percorre o País como símbolo, tanto de política de injustiça social praticada pelo actual e pelos anteriores governos de direita, como da resistência firme e corajosa desenvolvida pelos trabalhadores».

E prosseguiu o dirigente comunista: «Na Assembleia da República temo-lo denunciado de todas as maneiras possíveis. Apresentámos e fizemos votar um projecto de lei para lhe pôr termo. Foi derrotado. Movemos então uma interpelação ao Governo que ocupou a Assembleia da República durante mais de 12 horas consecutivas de debates.»

«Apresentámos um novo projecto. O presidente da Assembleia da República não o admitiu. Recordamos da sua decisão. Não obtivemos resultado. Mas já apresentámos novos projectos sobre a questão dos salários em atraso.»

«Hoje ninguém no Governo ou na coligação se atreve a negar que a situação dos salários em atraso é uma situação intolerável a que há que pôr termo. Isto já resultou da nossa luta.»

«Mas do Governo não se querem frases de condenação e votos piedosos, querem-se medidas. Se há quem não cumpra a lei é preciso que o Governo a faça cumprir. Se há milhares de portugueses que resvalam para a miséria é preciso que o Governo actue para impedir essa calamidade.»

«É preciso esclarecer que o flagelo dos salários em atraso não revela apenas a incuria e a negligência da parte do Governo, mas é o fruto natural da

política. Tal como ninguém espera que os cardos produzam melancias, ninguém deve esperar que da política deste Governo ao serviço do grande capital e dos agrários resulte o bem-estar das populações e salários em dia.

«É preciso reconhecer com toda a lucidez que quando direitos fundamentais de tantos milhares de trabalhadores são desrespeitados, os direitos básicos de todos os portugueses estão a ser ameaçados.»

«Nós saudamos naturalmente todos aqueles democratas e patriotas que afirmam, como nós, que é necessário um novo governo e uma nova política.»

«Mas nós dizemos mais: Não há tempo a perder! O desmoronamento da economia e agravamento das condições de vida do nosso povo estão a processar-se tão rapidamente e a situação política desenvolve-se tão perigosamente que é preciso agir com rapidez.»

«As hesitações podem prejudicar seriamente a concretização de uma alternativa democrática, quando é certo e seguro que as forças da democracia e do 25 de Abril são muito mais poderosas que as forças reaccionárias que se lhes opõem.»

Participaram no comício delegações do PCP de Alpiarça, Coruche, Tomar e Constância. Intervieram João Constantino, membro da célula da MDF e do Sindicato dos Metalúrgicos; Domingos Catarino, membro das UCPs/Cooperativas de Coruche, que fez uma saudação, e Vítor Fernandes, membro suplente do CC do PCP e do executivo da DORSA, além de Carlos Brito.

# Comemorar 63 anos

## ● Iniciativas em todo o País

Por iniciativa das organizações do Partido, continuam um pouco por todo o País as jornadas comemorativas dos 63 anos de vida e luta do Partido Comunista Português.

### Distrito de Viseu

**S. Pedro do Sul** — Dia 17, às 20 horas, jantar-convívio no restaurante «Ponto de Encontro». Intervenção sobre a situação política actual.

**Mangualde** — Dia 11, almoço-convívio no restaurante «Aviz». Intervenção sobre a situação política e projecção de diapositivos sobre o X Congresso.

**Viseu** — Dia 11, almoço-convívio, aberto à presença de amigos e democratas, no restaurante «Infante». Estará presente o camarada Fernando Rodrigues, membro suplente do Comité Central.

**Vouzela** — Dia 24, a comemoração do aniversário do Partido coincidirá com a realização da II Assembleia da Organização Concelhia, que terá início às 14 e 30, e a que se seguirá um Convívio com lanche na «Pensão Marques».

**Lamego** — Dia 18, almoço-convívio num restaurante da cidade. Tendo em conta que já se estará em plena campanha eleitoral para a Câmara Municipal de Lamego, esta realização será virada para a dinamização da campanha e assumirá mais o carácter de «Grande almoço da candidatura da APU».

**Castro D'Aire** — Dia 25, almoço-convívio, no Salão dos Bombeiros, com projecção de diapositivos; intervenção política.

**Caramulo** — Dia 25, realização conjunta das organizações concelhias de Tondela, Mortágua e Santa Comba Dão, que incluirá almoço-convívio na colectividade «Os Modestos», seguindo-se visita ao Museu do Caramulo.

### Distrito de Santarém

**Ria dos Torres Novas** — sábado, almoço-convívio, baile e intervenção política no programa organizado na freguesia de Riachos. Participação de Raimundo Cabral, da Comissão Política do CC.

**Santarém** — sábado, convívio no Centro de Trabalho com intervenção política de Eugénio Pisco, do CC.

**Alpiarça** — domingo, almoço-convívio, actividades desportivas, animação cultural e intervenção política.

**Alcanena** — domingo, almoço de confraternização, com Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

**Chamusca** — domingo, almoço-convívio com Luísa Araújo, suplente da Comissão Política do CC.

**Rio Maior** — sábado, jantar-convívio às 20 horas no pavilhão da Feira, com os deputados comunistas Dias Lourenço, Álvaro Brasileiro e Luísa Cachado. Intervenção de Dias Lourenço.

### Distrito de Setúbal

**Santiago do Cacém** — sábado, no Centro de Trabalho, jornada comemorativa: 16 horas — Canto Livre; 17 horas — intervenção política por Jorge Patrício, deputado comunista na AR; depois, contínuo o Canto Livre, seguindo-se a apresentação do filme «O Lutador»; 21 horas — baile animado pelo acordeonista Justino. Atenção ao serviço de bar e ao frango assado.

### Distrito de Lisboa

**S. Iria de Azóia** — amanhã, às 21 e 30, comício na Sociedade 1.ª de Agosto, seguido de espectáculo com Francisco Ceia, José Barata Moura, Mário Pereira e Rogério Paulo. No próximo dia 16, às 21 e 30, no Centro de Trabalho, convívio e projecção de diaporama sobre o X Congresso do PCP.

**Carcavelos** — sábado, dia 10, às 21 horas, sessão na Sociedade da Rebelval, com a participação de Albano Nunes, do CC. Será exibido um filme sobre o Partido.

**Lisboa** — amanhã, às 20 e 30, jantar-convívio promovido pelo organismo dos Escritórios dos CLL, no Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio, ao Rossio. Participa José Casanova, da Comissão Política do CC; colóquio no CT de Benfica sobre a História do Partido, com Georgete Ferreira, do CC, a partir das 20 e 45 (com projecção de diaporama alusivo ao X Congresso). **Sábado** — almoço-convívio promovido pelo organismo do Comércio do CLL, no CT da Duque de Loulé, às 13 e 30.

### Distrito de Faro

**Lagos** — hoje, apresentação de filmes no Centro de Trabalho; domingo, almoço-convívio nas instalações da COCL, às 13 horas.

**Olhão** — sábado, convívio no Centro de Trabalho

**Faro** — sábado, sessão pública na Assembleia Distrital, às 21 horas.

**Quarteira** — domingo, almoço-convívio no Centro de Trabalho, às 13 horas.

**Albufeira** — domingo, almoço-convívio no Centro de Trabalho, às 13 horas.

**Silves** — domingo, almoço-convívio no Centro de Trabalho, às 13 horas.

### Distrito do Porto

**Campanhã** — sábado, a partir das 16 horas, jornada de convívio no Centro de Trabalho de Campanhã (Porto). Projecção de um diaporama, debate sobre a situação política e jantar de confraternização são pontos salientes do programa.

**1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO DE BEJA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
18 Março 1984 No Salão dos Bombeiros Voluntários de Beja

ESTRUTURAR E ALARGAR O PARTIDO  
PELA REFORMA AGRÁRIA  
PELA PAZ  
POR ABRIL

**Estruturar e alargar o Partido, pela Reforma Agrária, pela Paz, por Abril** — este o lema da 1.ª Assembleia da Organização do Distrito de Beja do PCP, a realizar no próximo dia 18 (no domingo) no salão dos Bombeiros Voluntários da cidade. Participar nos trabalhos da Assembleia o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP. Iniciativa de transcendente significado político no distrito de Beja, cuja actividade preparatória decorre há mais de um mês, a Assembleia é desde já encarada como o arranque para uma nova etapa na vida e na acção do Partido naquele distrito, correspondendo às necessidades da crescente evolução da organização do Partido e do desenvolvimento das lutas do movimento operário e popular, na defesa da Reforma Agrária, do Poder Local Democrático e do Portugal de Abril

## Camaradas falecidos

### João Marcelino Botas

Membro da célula da Fispse, no Lavradio (Barreiro), faleceu recentemente o nosso camarada João Marcelino Bento Botas, de 31 anos de idade.

### Manuel Pinto

Militante antifascista de longa data, faleceu com 80 anos o camarada Manuel Pinto, Pertencia à organização da freguesia do Lavradio.

### Manuel Lampreia

Membro da organização da freguesia da Cova da Piedade, no concelho de Almada, faleceu o militante comunista Manuel das Dores Lampreia.

### José Joaquim Lisboa

Com 47 anos, faleceu o nosso camarada José Joaquim Alves Lisboa, motorista da Rodoviária Nacional. Pertencia à célula da RN (núcleo de Caneças). Era militante do Partido desde 1981.

### António da Costa Filipe

Faleceu no passado dia 25 de Fevereiro o militante comunista António da Costa Filipe, de 77 anos. Era membro da Comissão de Reformados de Pinhal Novo (distrito de Setúbal).

### Henrique Manuel Magalhães

Faleceu no Hospital de S. Maria no passado dia 25 o camarada Henrique Manuel Teixeira de Magalhães, de 54 anos, residente em Lisboa. Estava aposentado do Diário de Notícias.

### Manuel Luís de Abreu

Membro da organização do Partido em Glória do Ribatejo

(Salvatera de Magos), faleceu o camarada Manuel Luís de Abreu. Contava 70 anos.

Hermínia da Anunciação Ribeiro Dias de Carvalho, de 29 anos de idade, e de seu filho Bruno Miguel, de 7 meses, vítimas de acidente de viação.

### Vila Nova da Barquinha

A organização concelhia do PCP apresenta sentidas condolências ao nosso camarada Luís Fernando, pelo falecimento de sua companheira,

As famílias dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresentam sentidas condolências.

### Romagem à campa de Manuel Guedes

O Comité Local de Lisboa do PCP leva a efeito no próximo domingo, dia 10, uma romagem à campa do militante e antifascista Manuel Guedes, cujo falecimento ocorreu há um ano.

Estará presente um dirigente do Partido Comunista Português.

### Gabriel Pedro

No último dia de Fevereiro uma singela romagem ao seu túmulo no cemitério de Almada assinalou a memória do camarada Gabriel Pedro, um firme combatente antifascista que passou longos anos no campo de concentração de Cabo Verde e noutras prisões do continente.

# Rio Maior terá Centro de Trabalho!

## Atentado à liberdade repudiado na vila

Os membros do PCP efectuarão no próximo sábado, dia 10, sessões de zona no concelho de Rio Maior cujo programa sondeará os diversos sectores do Partido, e a população local que culmine a situação com o aniversário do Partido.

Após a chegada aos Paços do Concelho onde serão recebidos pelo presidente da vila, os deputados (Dias Lourenço, Álvaro Brasileiro e Luísa Cachado) visitarão sucessivamente, ao longo do dia, os Bombeiros Voluntários, o Centro de Saúde, as Marinhãs do Sal e a população da vila.

O trabalho de propósitos desta visita a Rio Maior, no entanto, não se limita às liberdades e aos direitos democráticos dos habitantes que acaba de ser comprometido por um reduzido número de arruaceiros. Trata-se de uma situação que merece a atenção de cada um dos cidadãos que cada um possua os seus direitos democráticos, como justamente referiu o comunicado da organização local do Partido, uma situação concreta ressaltada pelo andamento, a verdade é que não abdicar de qualquer outra, legalização de prosseguir a luta pelos direitos que lhe assistem. Isto é, o PCP tem direito a ter uma sede em Rio Maior e segurança tê-la.

Apesar da inoperância da Câmara Municipal, da GNR local e do próprio Governador Civil em face do ocorrido a Comissão Concelhia mostra-se empenhada em prosseguir e

uma opção política» de cada um mesmo que dele discorde frontalmente.

Ora acontece que quando o PCP decide reabrir a sua sede por forma a melhor desenvolver a sua actividade política, depois de acordar com o proprietário de uma casa quanto ao seu aluguer e de proceder às necessárias formalidades (incluindo assinatura do contrato por ambas as partes) se vê na contingência de anular o mesmo por sugestão do futuro senhorio.

E porquê? O que é que se passou entretanto? Simplesmente isto: talvez inspirados ou mesmo estimulados pelos arcaicos conceitos democráticos de que os membros do Governo dão mostras, meia-dúzia de indivíduos trataram de desencadear uma «vergonhosa acção de intimidação, medo e até ameaças de morte» sobre o pobre do senhorio, vindo a culminar tais atitudes com a destruição, cobardemente efectuada pela calada da noite, de uma montra da referida casa.

Culminando um amplo trabalho preparatório e satisfazendo o interesse e mesmo alguma expectativa que vinha despertando junto dos militantes e dos trabalhadores da região realizou-se no último domingo a 1.ª Assembleia concelhia de Almeirim do PCP. Subordinada ao lema «Reforçar o PCP, Continuar Abril» os trabalhos decorreram nas instalações da Casa do Povo e contaram com a presença de cerca de cem delegados provenientes das diversas freguesias (Fazendas de Almeirim, Benfica do Ribatejo, Cortiços e Azeitada) e de vários convidados.

Após o debate, que se prolongou durante todo o dia, no qual os participantes passaram em revista múltiplas questões ligadas à vida partidária e às lutas dos trabalhadores, procedeu-se à eleição da Comissão Concelhia (a primeira eleita naquela organização que hoje conta com mais de 800 militantes) e que ficou constituída por 25 membros dos quais quatro são mulheres.

Uma das questões que merecia a atenção particular da Assembleia é que foi alvo da intervenção de muitos delegados foi exactamente o novo Centro de Trabalho do Partido. Actualmente a beneficiar de obras para a sua reconstrução, o novo centro tem contado com o entusiasmo e o empenho de muitos camaradas e amigos do Partido de que é exemplo o caso de um participante na Assembleia que avançou, para além da subscrição financeira recolhida, com a oferta de sete sacos de cimento.

Uma campanha para a recolha de 1000 contos está em curso em toda a organização e nas obras já foram investidos mais de 600 contos.

A encerrar os trabalhos intervieram os camaradas Miguel João, membro do CC, e António Dias Lourenço, da Comissão Política, tendo este último efectuado um balanço da situação política e social onde focou, designadamente, alguns dos problemas da população do concelho como sejam a difícil situação dos trabalhadores da Compal e dos pequenos e médios agricultores que se encontram tal como o pequeno comércio local, a braços com a política de ruína do Governo Soares/Mota Pinto.

intensificar as diligências com vista à abertura da sua sede, certos de que «os sentimentos democráticos da maioria da população», não se confundem com a «vartuça, a intimidacão e a agressão de indivíduos de mentalidade fascista, marginais ao 25 de Abril».

Dai a revolta existe entre mas também uma serena confiança no futuro.

## 1.ª Assembleia de Almeirim

### ● Eleita Comissão Concelhia

Para dia 24, um sábado, às 15.30 horas, contando com a presença de Carlos Carvalhas, deputado e membro do CC, será certamente uma boa oportunidade para apreciar as propostas do PCP para a saída da crise.

Para dia 24, um sábado, às 15.30 horas, será a vez de analisar a «Situação da Mulher na Sociedade Portuguesa». A camarada Zita Seabra estará presente e falará dos diplomas sobre Planeamento Familiar, Protecção, Maternidade e Interrupção Voluntária da Gravidez.

Por último haverá um «Debate com eleitos da APU». Está marcado para dia 30 de Março, está bem de ver que no centro da discussão estarão as questões autárquicas e nele participará José Guerreiro, Presidente da Câmara de Estremoz, Virgílio Morgado e João Ferro, vereadores.

«A Alternativa existe», assim se chama o segundo debate marcado para dia 17 de Março, às 15.30 horas. Contando com a presença de Carlos Carvalhas, deputado e membro do CC, será certamente uma boa oportunidade para apreciar as propostas do PCP para a saída da crise.

Para dia 24, um sábado, às

# Novo Centro em Castelo Branco

## ● Inauguração no sábado

É inaugurado no próximo sábado o novo Centro de Trabalho do PCP na cidade de Castelo Branco, «passo importante para o reforço da organização concelhia do Partido».

Amanhã, integrada na comanda de inauguração, decorrerá uma sessão de esclarecimento do Partido, com a participação do camarada Domingos Abrantes (e daí a anunciar, membro da Comissão Política e do Secretariado dos membros do Comité Central. A sessão está marcada para as 21 e 30, no Centro Artístico Alcabalense.



Domingos Abrantes estará também presente no acto inaugural da nova casa do Partido, que funciona na Rua Dr. J. A. Morão, 31.

## Programa em Vila da Feira

Com a participação do camarada Artur Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do CC, realiza-se no próximo domingo, 12 de Março, um plenário de militantes comunistas de Vila da Feira, no CT das pessoas. O conteúdo dos trabalhos propostos constam dos pontos: análise da situação política e social e aspectos da actividade preparatória no Comité de Assembléias das Organizações de S. Paio de Oleiros e da Vila da Feira.

**Poder local****«Uma experiência pioneira»**

# Ordenamento Territorial e Urbano na Grande Lisboa em encontro do PCP

A expressão Área Metropolitana de Lisboa (por vezes Grande Lisboa) já entrou no quotidiano de quem lê jornais, ouve rádio ou TV. Técnicos e políticos invocam-na frequentemente, e a qualquer pessoa que viva por exemplo no Seixal ou em Alverca, e trabalhe em Lisboa «vê» facilmente interligados um território, vários concelhos, uma cabeça — e porque tudo isso, no seu próprio dia-a-dia, está-lhe muitas vezes no caminho obrigatório: da casa, do trabalho, da escola, do hospital, de alguma compra menos comum. É certo que nem sempre tem contornos ou significado bem definidos. Pode até ser só uma espécie de Via-Sacra imposta «pela vida» que obriga a alongar diariamente a jornada de trabalho em duas, três ou quatro horas em transportes...

Mas o que é então a AML - Área Metropolitana de Lisboa?

Segundo o conceito adoptado pelo Encontro de Quadros do PCP sobre o Ordenamento Territorial e Urbano e Política de Solos na AML, realizado no passado sábado no Centro de Trabalho Vitória, «Área Metropolitana é um território onde se implantam vários centros urbanos, próximos e interdependentes, gerando uma estrutura complexa liderada por um pólo principal. É um território onde a concentração populacional é elevada, a rede viária densa e onde coexistem numerosos centros de prestação de serviços e áreas de emprego».

Área Metropolitana de Lisboa é uma região mal definida, mas em nítida expansão. A socorro-nos, para simplificar, de uma proposta de 1976, do MAI, com vista à criação de uma Região Administrativa de Lisboa, poderia abarcar um conjunto de 18 concelhos. Na margem direita do Tejo, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Oeiras, Amadora, Sintra, Cascais e Mafra (distrito de Lisboa); na margem esquerda, Almada, Seixal, Sesimbra, Moita, Barreiro, Palmela, Montijo, Alcochete, Setúbal (distrito de Setúbal); Benavente (distrito de Santarém). Sublinhava entretanto o camarada Leopoldo de Almeida, que fez no Encontro uma comunicação de caracterização da AML e seus problemas, que «estudos que venham a realizar-se brevemente poderão demonstrar a necessidade de incluir novos concelhos, sobretudo à margem direita do Tejo».

Posteriormente, em comunicação à imprensa quase no final do Encontro, o camarada

Luis Sá sintetizou os problemas da AML em elementos que ali tinha sido possível aprofundar:

**A expulsão dos trabalhadores para as periferias de Lisboa**

No conjunto, os concelhos da Grande Lisboa represen-

tam uma área de cerca de 2990 km<sup>2</sup>, em que vive cerca de 30% da população residente em Portugal. Segundo um estudo do Fomento da Habitação de 1977, concentram-se nesta área cerca de 43% das carências habitacionais do País. Entre 1970 e 1981 o crescimento da população foi de cerca de 35%, sendo muito lento na cidade de Lisboa e muito rápido noutros concelhos. Como mais de metade dos empregos da região se concentram na cidade de Lisboa, os movimentos pendulares de casa para o trabalho e vice-versa assumem um enorme peso (num estudo oficial de há dez anos foram estimadas em 720 mil as deslocamentos diários da periferia para Lisboa). São conhecidos os enormes problemas de transportes e trânsito e o alargamento da jornada de trabalho

por várias horas a que esta situação dá origem.

A especulação desenfreada — legal e clandestina — vinda do fascismo e estimulada de novo por sucessivos Governos, pela Administração Central e algumas autarquias da região levou, nos últimos anos, à demolição de muitas habitações de operários e outros trabalhadores e à sua expulsão para a periferia. Por sua vez, nos concelhos vizinhos, a acção dos especuladores em cumplicidade com a Administração fez com que fossem ocupados solos férteis e linhas de água essenciais (Trancão, Vale do Jamor, Ribeira de Algés, Barcarena e Vinhas), com as consequências visíveis nas cheias de Novembro do ano passado.

Os transportes públicos e a rede viária de acesso a Lisboa estão cada vez mais saturados. O património cultural tem sido malbaratado. Os loteamentos e a construção ilegal alastram em «mancha de óleo», transformando o território num contínuo urbano, sem espaços verdes, sem zonas agrícolas, sem equipamentos e equilíbrio interno.

A minorar quanto podem este caos têm estado o PCP e a APU, que têm a presidência da Câmara em 13 dos concelhos citados, em 9 deles com maioria absoluta; embora em minoria, está representada nos outros concelhos; alguns destes a APU é maioritária em várias freguesias.

Esta circunstância, sublinhou Luis Sá, «teve um papel decisivo nas importantes realizações e experiências das autarquias, isoladas ou em associação, no âmbito do planeamento, da reconversão de clandestinos, do saneamento básico, da construção de vias e equipamentos e das actividades socioculturais que permitiram após o 25 de Abril uma considerável melhoria das condições de vida das populações».

**Uma política de agravamento de todos os desequilíbrios**

Este esforço tem sido limitado e até por vezes inutilizado

pelos sucessivos governos, que desde 1976 prosseguem uma política que «agrava todos os desequilíbrios vindos do passado». O Encontro destacou quatro aspectos essenciais dessa orientação antipopular:

Em primeiro lugar, «as grandes opções de desenvolvimento e os grandes investimentos que condicionam a criação e localização de empregos, a melhoria dos transportes e a política de habitação dependem do Governo» — e esse promove a restauração capitalista e a protecção à especulação.

Em segundo lugar, «os esforços das autarquias são seriamente prejudicados pela centralização da política de solos e da administração urbanística. Não há uma só medida importante no domínio do orde-



Área Metropolitana de Lisboa: um novo espaço aberto ao debate no âmbito do Poder Local democrático. Os comunistas dão o exemplo, avançando propostas construtivas

namento e da política de solos que os municípios possam tomar sem aprovação central» (e cita-se o caso da CM de Loures, que devido a processos de expropriação pendentes têm à ordem do tribunal, imobilizados, mais de 70 mil contos de cauções).

Em terceiro lugar, «mantém o boicote descarado ao esforço de planeamento municipal»: dá livre curso à especulação, por

um lado, por outro imobiliza nos gabinetes (na administração central) planos que representam grande esforço e considerável investimento, entregues há sete, há quase dez anos... 12 Planos de Loures, 4 de Vila Franca, 4 de Palmela, 10 do Seixal. Feito recentemente o balanço a 61 planos apresentados (o total «em lista de espera» é mais do triplo), verifica-se que só 31% foram aprovados).

Finalmente, em quarto lugar, o Encontro reprova «toda a orientação da anterior gestão AD da CM de Lisboa e actual AD/PS, que privilegia a habitação de alto nível e favorece a instalação de mais escritórios e empresas, com as consequências demolições e densificação urbana e o agravamento da expulsão dos trabalhadores para a cintura suburbana». Com as actuais operações «abeciasinas» em curso, em Lisboa vai agravar-se cada vez mais a saturação da rede viária e dos transportes, e as despesas com o alojamento, os equipamentos sociais e as infra-estruturas vão ser transferidas cada vez mais para os concelhos da periferia — preocupação manifestada ao longo do Encontro por dezenas de eleitos.

O grau de centralismo existente, os boicotes da Administração Central (e muitas das obras que ela própria resolve promover em zonas municipais a preservar, como é o caso da via rápida Calçada de Carriech-Loures, que vai estraçalhar terrenos de alto valor agrícola da Várzea de Loures), a insuficiência de meios legais e financeiros para actuar, a acção nefasta de autarquias de maioria de direita como a de Lisboa, impedem que a APU, apesar do esforço e qualidade da sua gestão «possa conter completamente a degradação das condições de vida dos trabalhadores e das populações e a delapidação das riquezas culturais e naturais».

Gientes de que só uma outra política e um outro governo democráticos podem dar a resposta satisfatória à solução de todos os problemas apontados, os participantes no Encontro não deixarão contudo de continuar a reivindicar aquilo que em conclusão enumeram como «As medidas necessárias».

## As medidas necessárias

São reivindicações a prosseguir e a intensificar:

- A descentralização do planeamento territorial e urbano e de política de solos, consagrando a autonomia municipal na declaração de utilidade pública e posse administrativa de terrenos, na aprovação dos Planos Directores Municipais e dos Planos de Urbanização e nas outras medidas previstas na Lei de Solos, hoje todas dependentes da aprovação do Governo.
- A dotação das autarquias com os recursos financeiros para fazer face à presente situação através da aplicação integral da Lei de Finanças Locais aprovada por unanimidade em 1978 e desrespeitada pelo actual Governo;
- Uma política económica criadora de emprego na periferia e uma política viária e de transportes que favoreça o transporte colectivo e deixe de privilegiar exclusivamente o transporte individual;
- A coordenação de acções das várias entidades públicas que actuam na área da Grande Lisboa, especialmente no domínio do urbanismo e dos transportes;
- A recuperação do parque habitacional de Lisboa, de modo a conter a expulsão dos trabalhadores da cidade e o lançamento de novas urbanizações para as camadas populares, pondo termo ao actual processo de construção especulativa para serviços ou habitações de alto nível.

Noutro plano,

- O Encontro concluiu que é necessário aprofundar a cooperação entre os municípios da área interessados em resolver os problemas da população, designadamente procurando confrontar, coordenar e compatibilizar os objectivos dos planos municipais, em especial dos Planos Directores Municipais e dos Planos Gerais de Urbanização.

## A «obsessão» do trabalho de massas...

«Exploratório», como lhe chamou um camarada, é adjectivo modesto para qualificar o Encontro de Quadros do PCP sobre Ordenamento do Território, Administração Urbanística e Política de Solos na Área Metropolitana de Lisboa que no sábado decorreu no CT Vitória, promovido pela DORL e pela DORS com apoio do GTAL. Foram cerca de 80 camaradas, membros do CC e de Direcções Regionais, presidentes, vereadores e técnicos de uma vintena de Câmaras APU, eleitos em outras Câmaras da região, em freguesias, um representante do Grupo Parlamentar.

Dezemos tomaram a palavra. Verificou-se que matéria aparentemente tão reservada a técnicos é afinal dominada pela generalidade, já não apenas dos que têm que gerir Câmaras mas por outros eleitos (e o caso de Sintra foi revelador) que as forças de direita procuram arrear do conhecimento concreto dos problemas das Câmaras, e até por camaradas não eleitos

cujas tarefas é fazer o acompanhamento político do trabalho autárquico.

Exploratório será só porque não é a estes encontros que cabe definir novas orientações do Partido. Mas foi, como disse Luis Sá na intervenção final, «um novo espaço de discussão que conquistamos» (e para os conquistarmos no Partido basta que o queiramos); foi, além disso, «uma experiência pioneira», notou: nunca nenhum partido discutiu a globalidade deste tema de urgência inegável, e, se são relevantes as conclusões finais colectivas, o trabalho preparatório realizado por cada sector é desde já uma ajuda directa à sua actividade.

Das muitas e ricas conclusões da discussão, mais estritamente no plano partidário, duas há que merecem referência.

Uma primeira: não apenas a planificação concelhia é necessária mas, numa área metropolitana como a de Lisboa, com tantas dependências e interligações, todas as formas de coope-

ração intermunicipal e a planificação compatibilizada e integrada estão na ordem do dia. Não houve um só dos municípios ali representados que não tenha aduzido exemplos como razões.

A segunda é a necessidade sempre sublinhada de esclarecer e mobilizar as populações e a opinião pública para apoiar as Câmaras quando estas enfrentam o Governo, os eleitos de direita e os especuladores, às vezes em situações em que aparentemente são estes «que têm razão» — em defesa das autarquias APU pela defesa dos seus interesses.

E porque, por outro lado, esse é o indicador mais seguro do que a autarquia deve fazer — ou do que deve refazer —, a garantia permanente de que estamos a defender os interesses do povo, e de que a nossa força se multiplica com a dele. Nas palavras do camarada que encorreu o Encontro, «que a participação popular seja uma nossa verdadeira obsessão».

## APU pede inquérito à Junta e A. Freguesia de Moscavide

Um comunicado da APU de Moscavide informa que esta força política requereu ao Governo Civil de Lisboa um inquérito administrativo às actividades da Junta e da Assembleia de Freguesia de Moscavide, pelas irregularidades e ilegalidades cometidas por estes órgãos autárquicos, onde impera o PS aliado à direita.

Resumindo as suas acusações, a APU denuncia a existência na área da Freguesia de Moscavide de uma Creche-Jardim de Infância que tem funcionado, desde a sua criação (1980), sob gestão da Junta, sem que a Assembleia de Freguesia tenha o mínimo conhecimento dos seus estatutos, o facto de surgir nos documentos de contas referentes ao ano de 1982 uma verba referenciada como «2.º orçamento suplementar» que nunca foi apresentada à Assembleia de Freguesia e ainda a não assinatura de quaisquer actas das sessões da Assembleia em 1983.

A APU denuncia igualmente a não existência de qualquer quadro de pessoal, o não anúncio de qualquer reunião pública e irregularidades diversas no funcionamento da Assembleia de Freguesia.

## PS, PSD e CDS boicotam Câmara da Amadora

Num documento dirigido à população, a APU denuncia a actividade concertada dos eleitos do PS, PSD e CDS na Câmara da Amadora, caracterizada pelo sistemático entrave à acção dos vereadores da APU. «Aliás não escondem os seus intentos», — sublinha o documento. «O PS, PSD e CDS, ao decidirem dos cortes no orçamento faziam questão de insinuar que era preciso impedir a APU de trabalhar». De facto estas forças foram longe na questão do Orçamento, retalhando completamente a proposta de Plano e Orçamento apresentado pela APU, que pergunta: «Por que retiraram verbas às Juntas de Freguesia? Por que temem, o dinamismo das Juntas que, aliadas às populações, fazem render as pequenas verbas de que dispõem?».

Usando a maioria que, juntos, dispõem nos órgãos camarários, estas forças retiraram todos os apoios às coordenadoras das organizações do concelho (mulheres, juventude, alfabetização, idosos, deficientes, etc.) num manifesto desprezo pela iniciativa popular. «Chegaram mesmos» — esclarece a APU — «a aprovar em «santa aliança» a nomeação de um seu laçao sem competência técnica e que usa um emblema de Salazar, para a chefia do gabinete técnico de urbanização. Queriam com isto viabilizar os projectos dos seus amigos e especuladores. Não o conseguiram porque a APU não permitira a implantação do compadrio e da corrupção na Câmara».

Assim, a APU alerta a população em geral para as manobras de total boicote e sabotagem levadas a efeito pelo PS, aliado ao PPD e CDS, reafirmando a sua intransigente defesa do Poder Local democrático.

## Em Lamego APU alerta população para irregularidades do PPD

A APU de Lamego afirma que se houvesse algumas «dúvidas em relação às acusações e denúncias por esta feitas às irregularidades cometidas pelo executivo camarário (dominado pelo PPD/PSD), a última sessão da Assembleia Municipal dissipá-las-ia.

Foi «ali demonstrado à sociedade que os eleitos pelo PSD na AM — onde detém uma maioria absoluta — não conseguiram demarcar-se dos seus homens de mão, assumindo as suas faltas e afundando-se com eles na valeta da ilegalidade», diz a APU em comunicado, recordando que nessa Assembleia ficou «insofismavelmente comprovado através da leitura das conclusões do inquérito que o MAI mandou proceder, que aqueles elementos afectos ao PSD cometeram graves irregularidades no exercício do seu mandato (no executivo da Câmara)». Mas a Assembleia de Freguesia cometeria o prodígio de nomear para a Comissão Administrativa (que irá preparar as eleições antecipadas no concelho) «precisamente os autores da sua queda, que nem sequer tiveram a dignidade de renunciar aos cargos».

«Daí que a APU apele ao povo do concelho em geral para a máxima vigilância no sentido de combater e desmascarar todos os actos de corrupção e compadrio que inevitavelmente vão proliferar, com vista à manipulação do acto eleitoral marcado para 29 de Abril».

## AM de Bragança contra cancelamento dos voos regionais da TAP

Uma moção aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Bragança, relacionada com a falada suspensão dos voos da TAP para Vila Real e Bragança, começa por repudiar perante o Governo e a TAP, tal cancelamento e solicita aos grupos parlamentares representados na Assembleia Municipal para «em conjunto decidirem quais as atitudes a empreender se de facto a TAP-Air Portugal levar por diante as suas incompreensíveis e injustas iniciativas».

Foi dado conhecimento da deliberação da AM ao Presidente da República e aos presidentes dos Grupos Parlamentares do PS, PSD, PCP e CDS e ao presidente da Assembleia da República.

## Sessão pública no MURPI de Arroios

Organizado pela Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de São Jorge de Arroios, realiza-se no Teatro do Nosso Tempo, na Praça José Fontana (em frente ao Liceu Camões), no próximo sábado, às 15 horas, mais uma sessão pública de esclarecimento, onde serão tratados assuntos de grande importância no actual momento político: Comunicação Social; Cestaria de Vida; Rendas de Casa; A Paz.

Usarão da palavra representantes do MDM, do MURPI, da Associação dos Inquilinos Lisbonenses e jornalistas.

## PCP

# I.ª Assembleia da Organização do Comité Local de Lisboa com intenso trabalho preparatório

Prosegue em toda a sua organização a actividade preparatória da 1.ª Assembleia do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, marcada para 31 de Março e 1 de Abril. Nas últimas semanas têm decorrido numerosos plenários e reuniões com boa participação dos militantes comunistas, tanto ao nível das freguesias e bairros, como ao nível das empresas e sectores profissionais.

Ao mesmo tempo que se avança no debate preparatório em torno do documento-base e na eleição dos delegados, regista-se a concretização de objectivos para o reforço da organização e para o melhoramento da sua acção política.

Recorda-se que o debate da proposta de documento-base da Assembleia termina no próximo dia 18, dando assim tempo necessário para à inclusão das alterações e aditamentos que a discussão está a suscitar. Aqui deixamos, entretanto, uma agenda das próximas iniciativas do trabalho preparatório da Assembleia, que decorrerá sob o lema «Em Lisboa com o PCP continuar Abril», e do ciclo de debates promovido pelo CLL, iniciativa que também se integra na dinamização da Assembleia.

### 8 DE MARÇO

21.30 h — CT de Santos, Plenário das Freguesias do Sector 2 e eleição dos respectivos delegados. 21.30 h — CT da Ajuda, Plenário da Zona Ocidental da Ajuda. 21.00 h — Junta de Freguesia S. João, Plenário da Freguesia de S. João, com eleição de delegados. 21.30 h — Salão B.º H. Nova, Plenário da Célula do B.º Horta Nova. 19 h — CT Vitória, Plenário da Célula da Petrol, com eleição de

delegados. 18.30 h — CT de Moscavide, Plenário da Célula da UTIC, com eleição de delegados. 19 h — CT da Duque de Loulé, Reunião do Sector de Serviços/Escreitório. 19.30 h — CT da Graça — UFP, F. e Seabra, RUF, Jalco, Proconstrói, com eleição de delegados.

### 9 DE MARÇO

21.30 h — CT de Santos, Freguesia da Lapa e Mercês, com eleição de delegados. 21.30 h — CT de Santos, Freguesia de São Paulo, com eleição de delegados. 21.30 h — CT de Santos-Velho, com eleição de delegados. 21.30 h — CT de Alfama — Freguesia do Sector 5, com eleição de delegados. 21.30 h — CT da Ajuda — Célula de Rio Seco. 21 h — CT do St.º Condestável, Plenário da Freguesia de St.º Condestável. 21.30 h — CT da Graça, Plenário da Freguesia de St.º Engrácia com eleição de delegados. 21 h — CT de Benfca, Debate sobre o Partido. 21 h — CT do Lumiar, Plenário da organização da Ameixoeira, com eleição de delegados. 21 h — CT Ant. Serpa, Plenário C. Grande, com eleição de delegados. 15 h — CT Gráficos, «D. Populár», «J. Comércio», Sector Jor-

nais, com eleição de delegados. 19 h — CT Gráficos, Plenário da Célula M. A. Pacheco, com eleição de delegados.

### 10 DE MARÇO

15 h — CT da Graça, Freguesias do Sector 3 e Regio, com eleição de delegados e passagem de fileme. 15.30 h — CT de Belém, Plenário da Célula da Freguesia de Belém, com eleição de delegados. 16 h — CT Prazeres, Plenário da Freguesia dos Prazeres, com eleição de delegados. 15 h — CT de Belém, Plenário da Freguesia de S. F. Xavier, com eleição de delegados. 15 h — CT de Sete Rios, Plenário da Freguesia de S. D. Benfca e eleição de delegados. 15 h — CT de Benfca, Plenário de Militantes da Freguesia de Benfca, com eleição de delegados. 10 h — CT do Lumiar, Plenário da Freguesia do Lumiar e eleição de delegados. 15 h — CT de Marvila, Plenário do Sector 2, Marvila e eleição de delegados. 16 h — CT da Duque de Loulé, Plenário de Hotéis. 16 h — CT da Duque de Loulé, Plenário de Restaurantes. 15 h — CT Vitória, Plenário da Célula da Rotográfica e eleição de delegados.

### 11 DE MARÇO

15 h — CT de Santos, Freguesia de S. João, com eleição de delegados. 15 h — CT de Santos, Freguesia de S. João, com eleição de delegados. 15 h — CT de Santos, Freguesia de S. João, com eleição de delegados. 15 h — CT de Santos, Freguesia de S. João, com eleição de delegados.

### 12 DE MARÇO

21.30 h — CT da Graça, Plenário da Freguesia da Graça, S. Vicente, Socorro e eleição de delegados. 18.30 h — CT da Ajuda, Plenário de empresas da Ajuda e eleição de delegados. 21 h — CT de S. Bernardo, Plenário da Freguesia de St.º Isabel e eleição de delegados. 19 h — CT de Campolide, Plenário da Célula Citofone e eleição de delegados. 19 h — Refeitório da empresa, Plenário da Célula da Cooperativa Prouença e eleição de delegados.

### 13 DE MARÇO

21 h — CT de Alcântara, Plenário da Cascalheira. 20.30 h — CT de Arroios, Reunião da Direcção da 4.ª Zona para discussão dos cursos. 16.30 h — CT Vitória, Plenário da Célula do «D. Notícias» e eleição de delegados. 19 h — CT dos Gráficos, Plenário do Sector do B.º Alto dos Gráficos.

### 14 DE MARÇO

18.30 h — CT de Alcântara, Plenário da Quimigal com eleição de delegados. 18.30 h — CT de Marvila, Plenário da Célula da Tabaqueira com eleição de delegados.

### Ciclo de Debates

«Debater Lisboa, Valorizar a Cidade Servir a População»  
● 9 de Março, 21 horas;  
● Os Transportes e o Trânsito  
(Teatro do Nosso Tempo, Praça José Fontana)  
Iniciativa do Comité Local de Lisboa do PCP

## DESARMAMENTO QUEM ESTÁ CONTRA?

A mais imperiosa e mais urgente tarefa da humanidade é a manutenção da paz



Trabalhadores

# Jornada nacional de luta Força e capacidade para defender o Sector Empresarial do Estado

## • Grandes empresas pararam totalmente

Os problemas concretos de quem trabalha obrigaram, outra vez na quinta-feira, uma grande massa de trabalhadores a manifestarem o seu descontentamento, exigindo outra política e outro governo para pô-la em prática, designadamente no sector empresarial do Estado. A jornada nacional de luta do dia 1, com adesões a 100 por cento logo no início das acções (greve na Transtejo; Setenave; Lisnave; Parry & Son; Equimetal; Secil-Barreiro; Quimigal-Barreiro; Tingo; Fisipe; CP-Barreiro-Setúbal; ENI; Siderurgia Nacional; RN-Grândola-Montemor-Algarve; Lisboa/CEP 8 e CEP 9; RN-Mercadorias-Cais 4 e 6, Lisboa, Santa Iria, Alenquer, Abbóda; Caneças-Oficinas, Pontes Monfalim) teve reflexos evidentes nas grandes zonas industriais. As populações sentiram os efeitos das várias acções de luta e protesto, que mobilizaram um total superior a 250 mil trabalhadores em 17 grandes sectores de actividade, com uma adesão média que rondou os 90 por cento, em média, nas paralisações.

Os sindicatos e as outras organizações representativas dos trabalhadores, a par dos esforços continuados para salvar postos de trabalho e empresas da ruína a que foram votadas por este Governo, desenvolvem uma actividade incansável para obter a satisfação de reivindicações realistas no âmbito da contratação colectiva e salvaguardar o próprio direito à negociação de contratos, acordos e outras convenções com a participação das organizações representativas dos trabalhadores.

Recusado na Função Pública, como se viu pelo último «acordo» subscrito pela UGT, esse direito continua a ser posto em causa pelo Governo e conselhos de gerência, designadamente em empresas de transportes do sector empresarial do Estado.

Num dos últimos plênários efectuados em Lisboa, antes da jornada nacional de luta de quinta-feira, as ORTs daquelas empresas do SEE decidiram «prosseguir a luta por aumentos salariais justos, contra o «tecto salarial amarelo» que este Governo tenta impor aos trabalhadores em conluio com os «sindicatos» divisionistas».

No sector da metalurgia, metalomecânica e minas, após meses de acções de massas e diligências consecutivas no sentido de desbloquear as negociações do CCTV paralisadas pela intransigência patronal e as delongas do Ministério do Trabalho, lá foi assinada uma portaria de regulamentação de trabalho (PRT) com as novas tabelas salariais. No entanto, a comissão executiva da Federação sindical do sector foi mandatada em plenário nacional (28.2) para convocar um plenário descentralizado de activistas sindicais no sentido de analisar a situação e definir novas formas de luta. Quanto à PRT, cujas tabelas foram aumentadas em 22,05 por cento relativamente à proposta apresentada pelo patronato no ano passado, o plenário decidiu «desencadear as acções de luta necessárias para obrigar o patronato do sector a aplicar» aquelas tabelas «anunciadas pelo Ministério do Trabalho, nas empresas onde os salários sejam inferiores». Nas empresas que paguem acima daquelas valores, decidiu o plenário da Federação que sejam reivindicados «aumentos salariais com base no diferencial entre os

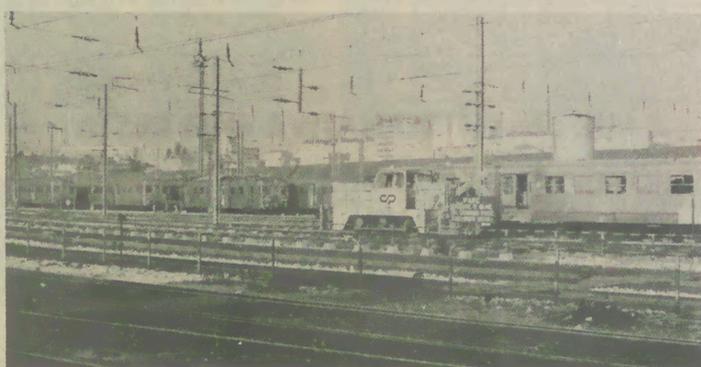
valores contratuais e os praticados na empresa».

As ORTs da Electricidade de Portugal (EDP) pronunciavam-se, por seu turno, «contra o tecto salarial que o Governo quer impor este ano» na empresa e contra «a tentativa de retirar em diversos direitos» constantes do acordo colectivo em vigor.

O acordo interessa a 22 mil trabalhadores da EDP em todo o País. O CCTV dos metalúrgicos abrange 40 mil trabalhadores.

As negociações do AD/EDP vão continuar este mês. As ORTs dispõem de uma comissão negociadora sindical onde é maioritária a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, que representa a maior parte dos efectivos da empresa. Afirma a Federação que, «apesar de as organizações afectas à UGT já terem assinado um valor (aumentos) de 19,5 por cento» esse valor é «na prática um tecto salarial» abaixo das «possibilidades da EDP», pois «na estrutura de custos da empresa os valores dependidos com encargos de pessoal são os mais baixos de todas as empresas públicas e têm vindo a diminuir percentualmente há vários anos».

Na Sorefame, está marcada para hoje nova paralisação de duas horas. Um dos motivos centrais é também aqui a questão salarial. No princípio desta semana só tinham sido pagos 10 contos a cada trabalhador, respeitantes a Fevereiro. A luta prossegue pela negociação do caderno reivindicativo. A proposta de aumentos salariais apresentada pelas ORTs é de 27 por cento. A contraproposta da administração não vai praticamente além dos 9 por cento para este ano — atitude que os trabalhadores consideram «provocatória» e



No quadro da exigência do pagamento das dívidas às empresas do sector empresarial do Estado, durante a concentração e desfile dos trabalhadores da Sorefame, Icosal, Cometa e EDP foi reclamada a liquidação da dívida da CP à Sorefame que atinge os 800 mil contos. Os trabalhadores aprovaram nesse sentido uma moção

evidentemente recusaram, revidendo à paralisação.

### Paralisação e repressão na indústria vidreira

Contra a paralisação do sector e os atrasos nos salários, os vidreiros — sector dos mais duramente atingidos — têm diversificado as formas de luta para receberem pelo menos os salários em atraso. Uma concentração junto da residência oficial do chefe do Governo foi reprimida pela polícia que efectuou 22 prisões. Além dos atrasados, os trabalhadores e os sindicatos reclamam medidas de viabilização do sector. Estão completamente paralisadas empresas como a Termos Triunfo, Gaiotas, Labal, Fávila, Moleirinho, Ingridhutte e Fontela. Segundo o Sindicato dos trabalhadores encontram-se «em situação de miséria». Com salários por pagar, mas ainda em laboração há a Ivima, J. Custódio, P. Roldão, Feis e Cive. O Sindicato exor-

ta todos os trabalhadores à luta para «impor a todos os responsáveis as medidas que assegurem os nossos postos de trabalho e defendam os nossos direitos».

Numa carta entretanto remetida ao presidente da Assembleia da República, a CGTP-IN exige que a AR admita à discussão o Projecto-Lei 286/III «sobre medidas de emergência para pagamento dos salários em atraso, garantia dos direitos dos trabalhadores e salvaguarda do funcionamento e recuperação das respectivas empresas».

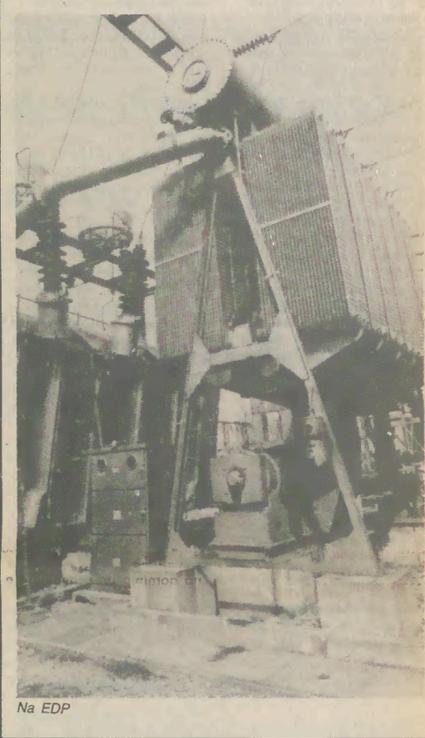
Solidariedade com a luta dos vidreiros e protestos pela repressão eram entretanto manifestados pela CGTP e por várias organizações sindicais e ORTs. O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, denuncia o acto repressivo como exemplo do «diálogo» e da «concertação» apreçados pelo Governo PS/PSD.

Ao manifestar o seu repúdio pela repressão contra os vidrei-

ros, a Inter sublinha que a coligação Soares/Pinto vai acumulando «um número impressionante de intervenções repressivas» e recorda a recente carga da GNR sobre trabalhadores da Margem Sul, perto da Ponte 25 de Abril. Revela assim o Governo, acrescenta a CGTP, «uma manifesta incapacidade para o diálogo e para a resolução dos problemas concretos dos trabalhadores, designadamente dos salários em atraso», que a Central considera justamente «um autêntico escândalo nacional e internacional». Tornando inviável a nova discussão dos salários em atraso na Assembleia da República, os partidos da coligação dão «mais um exemplo da prática autoritária deste Executivo». Provam como o Governo «não está realmente interessado em resolver tão escandalosa situação em que se encontram pelo menos 150 mil trabalhadores» — assinala ainda a Intersindical Nacional.

## Afinal a «verba» é outra

«Depois de a CGTP-Intersindical ter denunciado a manipulação de dados feita por Veiga Simão e por outros membros do Governo», refere a Central em nota de 1 do corrente, o ministro da Indústria reconheceu publicamente que nas 18 empresas tuteladas pelo MIE existe uma «situação líquida positiva de 234 milhões de contos». Veiga Simão disse que o valor do activo daquelas indústrias é de 1268 milhões de contos, enquanto que o passivo soma 1034 milhões. Comentando essas declarações, a Inter realça novamente o facto de as dificuldades enfrentadas pelo sector empresarial do Estado resultarem «fundamentalmente da política desastrosa do Governo e dos ataques que têm sofrido aquelas empresas». Na mesma nota de 1 do corrente, a CGTP recorda os casos das empresas EDP e Petrolgal, às quais o Governo deve, «segundo confessou o próprio ministro, mais de 170 milhões de contos». Assim sendo, acrescenta a Inter, «se o Governo pagasse aquilo que deve, à mesma taxa de juro cobrada pelos bancos, só de juros o Governo teria que pagar apenas aquelas duas empresas nacionalizadas mais de 55 milhões de contos, o que anularia os prejuízos que o Governo diz que as 18 empresas públicas ligadas ao Ministério da Indústria e Energia tiveram em 1983».



Na EDP

## Salários em atraso e contratação

# CGTP exige medidas de emergência

- Repressão contra vidreiros
- Rejeitado na EDP tecto salarial
- Metalúrgicos: prosseguir a luta
- Paralisações na Sorefame

À acumulação das dívidas de salários e à degradação constante dos que ainda são pagos acrescenta-se o bloqueamento da contratação colectiva mais as tentativas de imposição do «tecto» PS/PSD e ter-se-á, somando a repressão, o conjunto dos motivos principais que continuam a desembocar em formas de luta e na exigência de medidas de emergência por parte do movimento sindical unitário e do PCP.

Apesar do habitual boicote nos órgãos de comunicação ditos estabelecidos sob os ordens do Governo, que por vezes atinge excessos de zelo caricatos, a jornada cumpriu na generalidade os seus objectivos.

As medidas de «segurança»

(excepcionais nalguns casos) adoptadas pelo Governo, não conseguiram perturbar o decorrer das acções de luta, muito diversificadas de acordo com as condições, que foram levadas a cabo sem incidentes.

O «zelo» dos divisionistas, designadamente dos mentores

da UGT no seu apoio ao Governo, também não chegou para perturbar o normal decorrer da jornada, que mostrou novamente haver força necessária para defender o sector empresarial do Estado e derrotar a ofensiva sem precedentes que o Governo tem desenvolvido ultimamente contra o sector público, nacionalizado e participado da economia.

Para desmobilizar a jornada e intimidar os principais interessados na participação, membros do Governo, como o secretário de Estado, Anselmo Rodrigues, procuraram no dia anterior, através da televisão, reduzir o alcance da luta e deturpar os objectivos anunciados.

A repressão, que entretanto atingia os vidreiros, funcionava como sinal de aviso do Governo, que dois dias antes da jornada iniciara uma campanha que a CGTP, ao fazer o primeiro balanço das acções considerou «frontalmente provocatória, intimidativa, ilegal e repressiva».

A atitude do Governo, que demonstrou insegurança e mesmo medo perante as acções de luta do dia 1, resulta em linha directa do tipo de campanha que vem desenvolvendo contra as nacionalizações, chegando à manipulação (e obrigando-se posteriormente ao desmentido — ver aqui nota sobre declarações de Veiga Simão) de números e outros dados sobre empresas públicas, designadamente na indústria sob a orientação do titular da pasta.

Os números e percentagens de adesão entretanto publicadas, devem servir, no entanto, a este Governo como indicação séria da vontade de prosseguir a luta e de não deixar que se concretizem os desígnios do grande capital recuperador dos privilégios antigos.

A «instrumentalização escandalosa da RTP» não chega para afastar da luta centenas de milhares de trabalhadores com salários em atraso, com a instabilidade crónica instalada

nas empresas, com a insegurança crescente dos postos de trabalho, com o recurso escandaloso ao emprego precário e os subaproveitamentos da capacidade produtiva das nacionalizações em benefício do capital privado.

Ao exigirem novo governo e nova política os trabalhadores sabem que põem em primeiro plano os seus interesses, que estão a defender os seus próprios direitos, as suas garantias elementares, como sejam a garantia de emprego e do salário ao fim do mês.

Os 17 sectores que aderiram à jornada nacional de luta representam no panorama económico do País fontes de trabalho e de riqueza insubstituíveis. Os seus problemas e dificuldades são problemas e dificuldades nacionais. Além do seu valor e alcance como unidades de produção, há que ver o sem número de empresas e actividades de outra ordem que delas dependem decisivamente. E há que ver como os reflexos de uma série de métodos e processos de gestão, criminosos em alguns casos, já estão a mostrar os seus efeitos desastrosos em sectores a montante e jusante dessas grandes unidades industriais do sector empresarial do Estado.

Enredar a questão na trama partidária da coligação governamental, servir clientelas e subordinar os interesses nacionais aos projectos dos meios imperialistas e dos respectivos grupos financeiros é mais do que hipotecar o desenvolvimento do País. É vendê-lo ao desbarato, com chorudo proveito certamente para uns poucos, mas sem uma cõdeia para quem trabalha e nem sequer o salário tem garantido ao fim do mês.

É esta situação que o Governo quer agravar. Impedi-lo não pode deixar de se manter como iniludível obrigação nacional. Assim foi comprovado novamente pela jornada de luta da última quinta-feira, em Lisboa, no Porto, em Setúbal e noutros pontos do País.

## Emprego na Função Pública

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública acaba de marcar para 31 do corrente em Lisboa um encontro sobre a estabilidade de emprego. Inicialmente previsto para 19 de Novembro do ano findo, mas adiado devido às cheias, o encontro insere-se no Plano de Actividades da Federação para 1984 e é levado a efeito numa altura em que a Federação, a Frente Comum e a comissão negociadora sindical continuam a mobilizar os trabalhadores e

a desenvolver esforços no sentido de evitar a concretização de várias ameaças que pendem sobre o emprego no sector, designadamente agora que foi publicado o «pacote Almeida Santos» com «o objectivo de criar condições para lançar no desemprego, ou colocar na situação de excedentes, milhares e milhares de trabalhadores», refere a Federação ao anunciar o encontro e a distribuição de documentos de trabalho para análise e discussão.



## O Militante

À VENDA EM TODO O PAÍS

- Nova política, novo governo
- Para reforçar a organização — Analisar cuidadosamente o trabalho realizado — Planear com realismo as tarefas futuras
- Conclusões da Comissão Central de Organização
- DORSA — Plano de Actividade e Iniciativas Regionais
- Comissão Distrital de Castelo Branco (projecto de acção)
- Executivo da Comissão Concelhia da Figueira da Foz (balanço)
- A importância dos Planos de Actividade e dos Orçamentos
- Encontro de Quadros do PCP do Baixo Mondego
- Página Económica — O «sucesso» do desastre

## Internacional

# LÍBANO Movimento patriótico mais forte do que nunca

Saida, a mais importante cidade do Sul do Líbano ocupado, registou mais uma acção das forças de resistência libanesa. Doze soldados israelitas foram mortos ou feridos com disparos de *rochets*. Os ocupantes fecharam os acessos ao porto e procederam a dezenas de prisões. Mas a repressão não silencia a acção organizada de um povo que hoje se bate não só pelo direito à liberdade, mas mesmo pelo direito elementar a uma pátria independente e una.

Esta não é nem a primeira nem a última acção das forças da resistência libanesa contra os ocupantes. Em Fevereiro foram 37 as acções contra o Exército de Israel na zona ocupada do Sul. Cerca de 600 operações de resistência ao longo de um ano fizeram perder às Forças Armadas de Israel mais de duzentos soldados e oficiais. São factos e números que pesam. Não só no Líbano, mas igualmente em Tel-Aviv, onde um crescente movimento de repúdio da guerra põe em causa aquilo que no fundo tem sido a política oficial do Estado de Israel, desde o início da sua existência.

Os factos ocorridos em Saida são simplesmente uma prova, um exemplo mais, de que não há potencial militar que possa dobrar um povo, determinar os destinos de um país. As sucessivas derrotas que Washington e Tel-Aviv, e alguns Estados Árabes ligados à sua política, têm vindo a sofrer, testemunham de forma clara que já não é tempo — em termos históricos — de ditar aos povos uma vontade alheia, pela boca dos canhões.

No boletim de informação ligado às forças patrióticas libanesas — «Líbano em Luta» — de Janeiro deste ano, é justamente destacada a importância da resistência, o nível que foi possível alcançar nesse plano, apesar do carácter brutal da intervenção estrangeira.

«O ano que agora terminou foi marcado sobretudo, no Líbano, por esta surpreendente remobilização, que foi possível operar, em tão pouco tempo, dos que se opõem ao campo israelo-americano e aos falangistas. Surpreendente, porque seria difícil imaginar, no mesmo período do ano passado, a possibilidade de uma tão rápida recuperação depois de

tudo o que tinha acabado de acontecer: a invasão, a derrota militar, a chegada dos falangistas ao poder, os massacres de Sabra e Chatila, o desembarque dos americanos em Beirute...

«E no entanto, é precisamente em 1983, ou seja depois de tudo isto e depois de oito anos de guerra, de sofrimentos e de desânimo, que se realizou a mais ampla mobilização, o mais vasto reagrupamento, a mais aguda combatividade — contra a ocupação israelita, a intervenção americana, a ocupação falangista do poder.»

Esta apreciação da evolução dos acontecimentos por parte das forças patrióticas libanesas, é amplamente confirmada pelos factos.

Saida é um exemplo da resistência nas zonas ocupadas por Israel. Mas há muitos outros exemplos de resistência, e de consequente incapacidade das forças reaccionárias e dos ocupantes levarem avante os seus projectos.

Os acordos libaneses-israelo-americanos de 17 de Maio, que no fundamental concediam a Israel o direito de ingerência e controlo permanente sobre a vida e o território do Líbano, nunca chegaram a ser aplicados e hoje é o próprio presidente Gemayel que, no regresso de Damasco, admite a possibilidade de suspensão desses acordos.

Os Estados Unidos, que concentraram frente às costas libanesas uma força naval impar nas águas do Mediterrâneo desde a segunda guerra mundial, bombardeando cidades e vilas libanesas — já sofreram mais baixas que o próprio Exército israelita de ocupação.

Quanto à «Força multinacional», que em nome da pacificação do Líbano agiu de facto como força ocupante, após um



A mais brutal força militar não dobra a vontade de liberdade e independência de um povo

período em que se viu na necessidade de cuidar sobretudo da sua própria defesa, acabou por ser retirada de terras libanesas, enquanto nos vários países que a compunham — e em particular nos EUA — iam subindo de tom as exigências de não ingerência nos problemas do Líbano, de «Não a um novo Vietnam».

Os esforços de isolamento da Síria — e não foram poucos — falharam tão rotundamente que chegamos à situação de ver Gemayel, colocado no poder na sequência do processo gerado pela invasão israelita, caminhar apressadamente para Damasco, sob os veementes protestos e ameaças de Tel-Aviv. É evidente que a capacidade de resposta no plano militar, por parte da Síria, resultado do acordo de amizade e cooperação com a União Soviética, tem muito a ver com esta evolução dos acontecimentos.

## A realidade actual

O Líbano vive neste momento uma situação complexa. A unidade — mais vasta — entre as forças patrióticas, é um facto. Das conversações em Damasco entre os presidentes Assad, da Síria, e Gemayel, do Líbano, parece ter resultado o esboço de um acordo, que inclui: a revogação do acordo israelo-americano-libanês de Maio de 1983; o cessar-fogo (registam-se neste momento contactos nesse sentido na zona de Beirute); o prosseguimento do «Congresso de reconciliação nacional», que conta com a participação e apoio das forças patrióticas; a formação de um novo governo de unidade nacional.

Simultaneamente não se pode afirmar, de forma alguma, que o imperialismo desistiu.

O «New-Jersey» continua a bombardear as terras libanesas.

O veto soviético à proposta francesa na ONU, referente ao envio para Beirute de uma força das Nações Unidas, reflecte exactamente a continuidade das pretensões imperialistas — constituindo uma barreira a essas pretensões. Concretamente o veto soviético deve-se à exclusão (na proposta apresentada à ONU) da óbvia exigência da cessação dos bombardeamentos e reconhecimento aéreo, da necessidade dos barcos de guerra dos EUA e seus aliados se retirarem da costa libanesa, e ainda da ausência de requisitos indispensáveis para que a força da ONU não venha a funcionar como nova força de ingerência — a sua instalação deve ser aceite por todas as partes interessadas, e a zona de operações previamente fixada.

Por outro lado as ameaças por parte de Israel sobem de tom.

Simultaneamente não é possível desligar a evolução da situação do Líbano da solução do problema central do Médio Oriente — uma pátria para o povo libanês. Como é conhecido, os EUA têm planos bem definidos nesse ponto. E cumpridos na zona.

Mas a evolução da acção patriótica e da própria realidade política no Líbano, num tão difícil e dramático período, dão razões de confiança.

«1983 provou que o equilíbrio de forças criado pela invasão israelita não é imutável. 1984 será sem dúvida um ano decisivo para que esse equilíbrio de forças aponte decididamente a favor de uma solução política da crise, se restabeleça a unidade e a independência do país». São palavras inseridas no boletim «Líbano em Luta». «O ano que ora se inicia deve ser, a nível internacional, o de uma imensa campanha de apoio a um Líbano unido, independente e democrático; o de um vasto movimento pela retirada incondicional das tropas de ocupação israelitas, norte-americanas, e de todas as forças estrangeiras. Um ano de acção lúcida e eficaz em favor da paz».



Refugiados de guerra, um dos muitos problemas socioeconómicos que a RSA impõe ao povo angolano

# ÁFRICA AUSTRAL Paz em discussão

Estão neste momento em vias de conclusão acordos de não-agressão entre Angola, Moçambique e a África do Sul. Acordos que, segundo palavras do secretário-adjunto da Organização de Unidade Africana (OUA) proferidas na sequência de uma reunião realizada na capital da Etiópia, «mostram a vontade dos Estados Africanos em resolverem os problemas criados pela África do Sul de forma pacífica, na medida do possível». Uma afirmação que simultaneamente reflecte a vontade e a profunda necessidade de paz de Angola, Moçambique e outros países da área e as dificuldades inerentes a negociações com um regime agressivo e profundamente desumano como é o regime de «apartheid».

Em Angola, os acordos prevêem a evacuação de tropas sul-africanas (comprometendo-se Angola a não manter em seu território bases da SWAPO, enquanto a África do Sul deverá cumprir a resolução número 435 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Namíbia), um processo que será supervisionado por uma comissão composta por cinco representantes de Angola e outros cinco da África do Sul, acompanhados por dois contingentes de 300 soldados de cada país.

O acordo entre Moçambique e a África do Sul, segundo comunicado conjunto da reunião de representantes dos dois países na Cidade do Cabo, «prevê que nenhum dos países servirá de base para actos de

agressão ou violência contra o outro e que ambos os Estados se obrigam a não utilizar o território de terceiros Estados para o mesmo objectivo».

Na conferência de imprensa realizada na sequência da reunião da Cidade do Cabo, o ministro moçambicano Jacinto Veloso destacou que o nível da presença do ANC em Moçambique «não tem interferência na aplicação do acordo que discutimos».

## A realidade que os acordos reflectem

«São conversações cruciais para encontrar o «modus vivendi» na zona. Vizinhos não se escolhem. Somos incómodos para eles e eles são incómodos para nós. Como é que vamos viver? Não podemos mudar a geografia...» — foi com estas palavras que Samora Machel explicitou perante jornalistas portugueses o sentido das negociações em curso.

Por parte de Angola e Moçambique, os objectivos são evidentes. Trata-se, antes do mais, de obter uma trégua, uma possibilidade de reconstruir países que desde a sua independência têm sido forçados a desviar assinaláveis recursos para a guerra.

A imprensa moçambicana realça nestes dias que as conversações se inserem na linha de princípios delineada no 4.º Congresso da Frelimo, que definiu que «a República Popular de Moçambique estabelece relações com todos os países, na base do respeito pela soberania nacional e integridade territorial, na não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, da igualdade, da reciprocidade de benefícios e da resolução pacífica dos conflitos».

Para Angola é uma guerra a que urge pôr termo.

E para a África do Sul? Porque o governo de Pretória, que sempre tem conduzido uma frontal política de agressão — directa e indirecta — contra os vários Estados da zona, acede agora a conversações visando estabelecer um clima de paz na zona?

Em meados de Fevereiro, «Le Monde» comentava nas suas páginas: «Em primeiro lugar, os sul-africanos encontram, na sua última ofensiva ao sul de Angola, maior resistência do que a que tinham previsto. Os angolanos estavam muito melhor armados e mobilizados que no passado. Por outro lado, esta guerra que já dura há cerca de 9 anos, custa muito caro aos sul-africanos (800 milhões de dólares em 1983)».

Na verdade, a posição agora assumida por Pretória reflecte as graves dificuldades que enfrenta a nível interno e na sua política externa.

Em Angola, não só depara com uma crescente resistência no plano militar, como os grupos fantoches que arma e apoia estão a sofrer profundos golpes. Falando em Maputo, o presidente Samora afirma que as conversações «são o resultado das vitórias político-militares contra o banditismo em Moçambique». Na Namíbia, não foi possível a imposição de soluções neocolonialistas e, simultaneamente, este país, a que continua a ser recusada a independência, vai-se tornando um peso cada vez maior — nomeadamente no plano económico —, para o seu colonizador.

Também no plano interno crescem as dificuldades. Falando em Lusaca num comício dedicado ao 72.º aniversário do ANC, o seu presidente, Oliver Tambo, declarou que a sociedade sul-africana «vive uma profunda e permanente crise». Não se trata só das perdas em termos económicos, mas também do desgaste em termos políticos. Bill Andersen, representante do «Comité para a resistência à militarização da RSA», afirma que todos os anos 5 mil jovens não comparecem à recruta. Nos últimos anos abandonaram o país 40 mil brancos, e o fluxo para fora tende a aumentar sempre, o que não pode deixar de nos lembrar a realidade do Zimbábue pouco antes da independência.

## Uma questão central

Das dificuldades que este tipo de negociações envolve ninguém tem dúvidas.

Basta lembrar o exemplo da posição do Governo português que se assume no papel de «mediador» entre África e os EUA e a Europa capitalista, que entretanto irá participar em negociações referentes a Cabinda Bassa, e que simultaneamente tolera uma declarada actividade subversiva, no nosso país, contra a República Popular de Angola, não sendo naturalmente por acaso que um dirigente da UNITA vai à BBC afirmar que existe «um entendimento entre a Unita e o Governo português». Enquanto essa mesma Unita, bastante debilitada pela acção das FAPLA e da população de Angola, prossegue com raptos e assassínios de cooperantes, incluindo cooperantes portugueses.

Vale a pena referir também a campanha de tentativa de descredito das posições políticas de Angola e Moçambique, em que governos claramente reaccionários tentam passar atestado de mau comportamento revolucionário a Luanda e Maputo. Apesar do acordo dado pelos movimentos de libertação da Namíbia e África do Sul (aqui com características específicas), a SWAPO e o ANC, ao processo de negociações em curso.

É óbvio para qualquer pessoa que são bem diversos — opostos mesmo — os objectivos das partes que se sentaram à mesa de negociações.

A questão central é: que tração de novo estas negociações à evolução da situação na África Austral? Em que medida poderão contribuir para a construção de novas sociedades em Angola e Moçambique? Em que medida poderão criar condições mais propícias à solução de questões centrais como: a independência da Namíbia, o fim do regime de apartheid na África do Sul?

Em entrevista concedida ao jornal francês «Libération», Paulo Jorge, ministro das Relações Externas de Angola, destaca exactamente estas questões, frisando que a paz na África Austral só pode ser estabelecida com a independência da Namíbia, ilegalmente ocupada pelo regime de Pretória. Salienta ainda que o facto de a África do Sul ter iniciado conversações com Angola e Moçambique não significa, por si só, que Pretória deixou de ser fonte de perigo para os países da «Linha da Frente».

Negociações nem sempre significam Paz. Basta lembrar as negociações de Genebra utilizadas pelos EUA como cobertura à instalação dos novos mísseis na Europa. Mas são sem dúvida um instrumento indispensável na conquista da paz. E a paz só pode beneficiar as forças progressistas, a luta dos povos pela sua libertação. O curso dos acontecimentos dirá do carácter das alterações no clima da África Austral que os acordos agora em vias de conclusão virão a imprimir.

## Eleições na URSS

Realizaram-se, dia 4, as eleições para o Soviete Supremo da URSS, órgão máximo do poder político na União Soviética e que reúne o Soviete da União e o Soviete das Nacionalidades (que dá voz igual a todos os povos, independentemente do seu peso numérico), num total de 750 deputados para cada um dos Sovietes.

Um processo eleitoral cuja importância é sistematicamente escamoteada e denegrida pela

propaganda burguesa, como se de mero formalismo se tratasse, mas que na verdade constitui uma expressão concreta do carácter democrático do poder no socialismo, reflexo de grande actividade de massas, momento privilegiado de balanço da actividade desenvolvida nos cinco anos anteriores.

Do carácter democrático deste processo falamos, antes do mais, os números, as percentagens de operários e

trabalhadores das cooperativas agrícolas deputados ao Soviete Supremo — mais de 34 por cento de operários e de 16 por cento de kolkozianos, ou seja, um total superior a 50 por cento.

Um facto que não tem paralelo possível no mundo capitalista, a que de imediato se soma um outro: a representação das minorias nacionais ao mesmo nível dos povos mais numerosos da URSS. Duas bases fundamentais num Estado

que a Constituição explicitamente indica como «de todo o povo».

O processo de apresentação e de selecção de candidatos, assume o mesmo carácter profundamente democrático. As candidaturas são apresentadas pelas organizações sociais e políticas, colectivos de trabalhadores, assembleias militares, e posteriormente submetidas à decisão das assembleias de representantes das diversas organizações políticas e so-

ciais. A base económica, por vezes decisiva em eleições no mundo capitalista, não tem aqui qualquer peso. É o Estado que arca totalmente com as despesas do processo eleitoral.

A escolha e selecção de candidatos é acompanhada de uma maior activação da vida política de toda a sociedade, de que resulta também um balanço dos anos decorridos desde o anterior processo eleitoral. Em linhas gerais, o balanço que é feito deste período de cinco anos é francamente positivo, com especial relevo para o ano de 83.

Entre 1979 e 1983, o rendimento nacional da URSS aumentou em 18,6 por cento, sendo que mais de 80 por cento deste aumento se obteve

graças ao aumento da produtividade de trabalho, testemunho de um desenvolvimento económico dinâmico.

Mais de mil novas empresas industriais e o caminho-de-ferro Baikal-Amur entraram em funcionamento, enquanto, simultaneamente, se procedia à difícil exploração das riquezas naturais da Sibéria e Extremo Oriente Soviético. Como é sabido, o gasoduto euro-siberiano entrou em funcionamento antes do prazo previsto.

Também no plano agrícola, aumentou o nível médio anual da produção.

Como consequência — na lógica do socialismo, naturalmente — aumentaram os rendimentos médios per capita em 13 por cento.

## Solidariedade • Massera libertado

• **Massera libertado** — José Luis Massera, matemático internacionalmente reconhecido e antigo deputado do Partido Comunista do Uruguai, foi finalmente libertado após oito anos nas prisões do Uruguai.

A sua libertação — fruto de uma batalha internacional de solidariedade de grande envergadura e que nomeadamente mobilizou organizações e personalidades do meio científico — não se pode desligar da actual evolução da situação no Uruguai. Enquanto o país vive uma crise profunda com uma quebra de salários da ordem dos 50%, 17% de desempregados reconhecidos pela ditadura, retracção no campo industrial, uma grande dependência da agricultura em relação ao capital financeiro — a luta de massas assume expressões cada vez mais agudas. Desde Agosto do ano passado que com uma regularidade praticamente mensal se realizam grandes manifestações populares convocadas pela Frente Amplia, que agrupa vários partidos da oposição antifascista e cujo dirigente, o general Liber Seregni, ainda continua preso.

• **Irão — militantes comunistas executados** — Dez militantes do Tudeh (Partido comunista do Irão) foram executados nos últimos dias de Fevereiro. Neste momento, e na sequência da ilegalização do Partido em Maio de 83, há mais de 8 mil comunistas presos. Oitenta e sete camaradas foram já condenados a penas que somam um total de 700 anos. Há casos de condenação a prisão perpétua. Prosseguem ainda as prisões.

Esta dramática situação, que reflecte a inflexão registada no processo político iraniano, que deu os primeiros passos com um amplo movimento de massas de carácter claramente anti-imperialista, exige de todos nós um reforço da solidariedade com os camaradas iranianos, vítimas de uma verdadeira caça às bruxas.

• **Repressão no Marrocos** — Aos grandes levantamentos populares contra a fome, consequência de uma política económica profundamente antipovo, sucede-se hoje a repressão. Pelo menos 1500 pessoas estarão hoje nas prisões de Rabat, enquanto se sucedem processos em que a média de penas é de dois anos de prisão. Quarenta e três militantes do Partido do Progresso e do Socialismo (comunista) e do seu movimento da juventude, estão igualmente presos e foram sujeitos a tortura. Particularmente atingidos pela repressão, são os comunistas da cidade de Azrou.

## Tchernenko Balanço da realidade soviética e problemas internacionais

O camarada Konstantin Tchernenko, secretário-geral do CC do PCUS, na intervenção que proferiu perante os eleitores e o apresentaram a candidato ao Soviete Supremo, fez um amplo balanço da realidade e das linhas de desenvolvimento da sociedade soviética hoje.

Como temas dominantes surgem os progressos e problemas no domínio da econo-

mia e os seus reflexos ao nível social, na vida quotidiana dos cidadãos soviéticos; a exigência de transformações qualitativas no plano económico, a que se ligam questões tão importantes como o desenvolvimento técnico-científico, o aperfeiçoamento das formas de gestão e de iniciativa local; a mais ampla participação dos trabalhadores na vida das empresas; o equilíbrio de estímulos morais

e materiais. Os problemas de carácter ideológico, a importância do «factor humano do progresso económico» surge igualmente como uma questão central — «pôr em movimento todas as forças criadoras, cuja força é a consciência e a convicção ideológica das massas. Mais, e o alicerce do seu empenho no trabalho e na vida social». Uma questão que engloba pro-

blemas tão importantes como as novas formas de ensino ou o papel do Partido Comunista na sociedade socialista.

Os problemas internacionais surgem como outra tônica na intervenção de Tchernenko, assumindo particular relevo, de par com a denúncia das posições do imperialismo, a consequente política de Paz da URSS.

## Cabe a Washington dizer a sua palavra

«O governo norte-americano tem muitas possibilidades de confirmar com actos o seu apego à paz.

«Por exemplo, porque não ratificar os tratados sobre a limitação dos ensaios subterráneos com armas nucleares e sobre as explosões nucleares com fins pacíficos, que os Estados Unidos firmaram com a União Soviética há quase dez anos? Porque não levar a bom termo a elaboração de um acordo sobre a proibição total e universal dos testes de armas nucleares? Recorde-se que foram os Estados Unidos quem suspenderam as conversações sobre este problema.

Os Estados Unidos poderiam, igualmente, dar um contributo de peso para a consolidação da paz, aceitando um acordo sobre a renúncia à militarização do cosmos, o que, como se sabe, a União Soviética propõe há já muito tempo.

«Inspirariam muito maior confiança os protestos de paz do governo dos EUA, se este aceitasse a proposta relativamente ao congelamento recíproco dos armamentos nucleares norte-americanos e soviéticos. Foi já acumulada uma quantidade tão grande de armamentos, que este passo não constituiria a mínima ameaça à segurança de uma ou outra

parte. Por outro lado, melhoraria substancialmente a atmosfera política geral e, como seria de esperar, facilitaria o entendimento sobre a redução dos arsenais nucleares.

«Uma tarefa de suma importância é livrar a Humanidade da ameaça da possível utilização de armas químicas. Negociações a este respeito prosseguem há muito, mas agora, parece que começam a amadurecer as premissas para a resolução desta questão. Trata-se da proibição total e universal do emprego de armas químicas, da sua elaboração e produção, assim como da liquidação de todos os arsenais des-

tas armas. Somos favoráveis a que o cumprimento desse acordo seja controlado eficientemente e que o controlo abrangia todo o processo de aniquilação das armas químicas — desde o início até ao fim.

«Não está excluída a possibilidade de um entendimento sobre estas questões, o que viria a constituir uma verdadeira viragem nas relações soviético-americanas e na situação internacional em geral. Nós consideráramos muito positivo que esta viragem se realizasse. Cabe a Washington dizer a sua palavra».